

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Marcelo Freitas Fagundes

**O LIVRO DIDÁTICO “INTERAÇÃO LINGUAGENS –
CORPOREIDADE: SOMOS CORPOS OU TEMOS CORPOS?”: O PNLD
2021 E AS ADAPTAÇÕES DECORRENTES DAS NOVAS POLÍTICAS
PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO**

Paranaíba/MS

2023

Marcelo Freitas Fagundes

**O LIVRO DIDÁTICO “INTERAÇÃO LINGUAGENS –
CORPOREIDADE: SOMOS CORPOS OU TEMOS CORPOS?”: O PNLD
2021 E AS ADAPTAÇÕES DECORRENTES DAS NOVAS POLÍTICAS
PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, área de concentração, Linguagem, Educação e Sociedade, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. José Antonio de Souza

Paranaíba/MS

2023

F142L Fagundes, Marcelo Freitas

O livro didático “Interação linguagens – corporeidade: somos corpos ou temos corpos?”: o PNLD 2021 e as adaptações decorrentes das novas políticas públicas para a educação / Marcelo Freitas Fagundes. – Paranaíba, MS: UEMS, 2023.

78 p.

Dissertação (Mestrado) – Educação – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2024.

Orientador: Prof. Dr. José Antonio de Souza

1. Literatura 2. Livro Didático 3. Novo Ensino Médio 4. BNCC

CDD 23. ed. - 372.981

MARCELO FREITAS FAGUNDES

**O LIVRO DIDÁTICO “INTERAÇÃO LINGUAGENS – CORPOREIDADE: SOMOS
CORPOS OU TEMOS CORPOS?”: O PNLD 2021 E AS ADAPTAÇÕES
DECORRENTES DAS NOVAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para obtenção do Título
de Mestre em Educação. Área de concentração: Educação, Linguagem e Sociedade.

Aprovada em 19/12/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Antonio de Souza
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) – Orientador

Prof. Dr. Lucilo Antônio Rodrigues
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) - Participação por videoconferência

Profa. Dra. Susylene Dias de Araújo
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS/Dourados) - Participação por
videoconferência

Dedico esta pesquisa à minha esposa, que me acompanhou e acompanha neste processo de pesquisa desde o início, desejando-me vibrações de energias positivas e palavras de otimismo; aos meus filhos lindos Luís Otávio e Nanda Marcela que são a razão do meu viver e crescimento profissional.

AGRADECIMENTOS

A presente dissertação de mestrado não poderia chegar a bom porto sem o precioso apoio de várias pessoas.

Em primeiro lugar, não posso deixar de agradecer ao meu orientador, Professor Doutor José Antonio de Souza, por toda a paciência, empenho e sentido prático com que sempre me orientou neste trabalho. Muito obrigado por me ter corrigido quando necessário sem nunca me desmotivar.

As contribuições da banca examinadora, tanto no processo de Qualificação, quanto na defesa foram essenciais para a melhoria do trabalho apresentado; meu muito obrigado à Prof^a Dr^a Susylene Dias de Araujo e ao Prof. Dr. Lucilo Antonio Rodrigues.

A todos os docentes e funcionários do PGEDU, da Unidade Universitária de Paranaíba, meu agradecimento.

Ao Programa Institucional de Bolsas aos Alunos de Pós-Graduação (PIBAP/UEMS), pelo apoio financeiro.

Agradeço à minha família e amigos pelo apoio incondicional que me deram, especialmente a minha mãe Lenir que sempre acreditou no meu potencial desde o início da minha escolar. Obrigado mãe.

E por último agradeço ao grupo de estudos “Aprendizes de Cura” que quando precisei estavam ao meu lado com orações e vibrações positivas de amor e carinho.

“Só, na verdade, quem pensa certo, mesmo que, às vezes, pense errado, é quem pode ensinar a pensar certo”.

Paulo Freire

FAGUNDES, MARCELO FREITAS. *O livro didático “Interação linguagens – corporeidade: somos corpos ou temos corpos?”*: o PNLD 2021 e as adaptações decorrentes das novas políticas públicas para a educação. 2023. 78 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação) – Unidade Universitária de Paranaíba, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, 2023.

RESUMO

Nesta dissertação, apresentam-se resultados finais de pesquisa de Mestrado em Educação desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Paranaíba, na linha de pesquisa Linguagem, Educação e Cultura. O ensino da Literatura no Ensino Médio teve importantes alterações provocadas pela implantação do Novo Ensino Médio (NEM) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC); dividida em quatro áreas de conhecimento, a principal área de estudo nesta pesquisa é *Linguagens e suas Tecnologias*, onde está inserido o objeto de pesquisa: o livro didático para o Novo Ensino Médio. Essa pesquisa objetivou realizar uma análise do livro didático “*Interação linguagens – corporeidades: somos corpos ou temos corpos?*”, aprovado pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD/2021), e selecionado pelas escolas públicas da rede estadual, em Paranaíba/MS. Nosso principal objetivo foi descrever e analisar a presença da Literatura e como são apresentados/utilizados os textos literários no livro didático em questão. Enquanto objetivos específicos, buscamos empreender considerações acerca da literatura e da leitura literária. Da mesma forma, buscamos compreender as políticas públicas voltadas ao livro didático, particularmente o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD/2021), sua relação com o Novo Ensino Médio e com a BNCC, bem como tais políticas interferiram na organização do livro didático. A partir das análises efetivadas, podemos concluir que o PNLD 2021 foi diretamente afetado pelo Novo Ensino Médio e pela BNCC. As adaptações necessárias às políticas públicas levaram à elaboração de um livro didático que contemplasse todas as disciplinas vinculadas à Linguagens e suas tecnologias. Particularmente a incorporação da disciplina Educação Física teve que ser contemplada pelo livro didático. Além disso, observou-se certa diluição de conteúdos relacionados à literatura e, pior, o texto literário que muitas vezes foi utilizado para o ensino de Língua Portuguesa, agora, passou a ser utilizado para outras finalidades, como por exemplo a higiene e o cuidado com o corpo.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura. Livro Didático. Novo Ensino Médio. BNCC

FAGUNDES, MARCELO FREITAS. *O livro didático “Interação linguagens – corporeidades: somos corpos ou temos corpos?”: o PNLD 2021 e as adaptações decorrentes das novas políticas públicas para a educação*. 2023. 78 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação) – Unidade Universitária de Paranaíba, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, 2023.

ABSTRACT

In this dissertation, we present the final results of a Master's degree in Education research developed with the Postgraduate Program in Education at the Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Paranaíba's University Unit, in the research line Language, Education and Culture. The teaching of Literature in High School underwent important changes caused by the implementation of the Novo Ensino Médio (NEM) and the Base Nacional Comum Curricular (BNCC); divided into four areas of knowledge, the main area of study in this research is Languages and their Technologies, where the research object is inserted: the textbook for the New High School. This research aimed to carry out an analysis of the textbook “Interação linguagens – corporeidade: somos corpos ou temos corpos?”, approved by the National Book and Teaching Material Program (PNLD/2021), and selected by public schools in the state network, in Paranaíba /MS. Our main objective was to describe and analyze the presence of Literature and how literary texts are presented/used in the textbook in question. As specific objectives, we seek to undertake considerations about literature and literary reading. Likewise, we seek to understand the public policies aimed at textbooks, particularly the National Textbook Program (PNLD/2021), its relationship with the New Secondary Education and the BNCC, as well as how such policies interfered in the organization of the textbook. Based on the analyses, we can conclude that the PNLD 2021 was directly affected by the Novo Ensino Médio and the BNCC. The necessary adaptations to public policies led to the creation of a textbook that covered all subjects linked to Languages and their technologies. Particularly the incorporation of the Physical Education discipline had to be included in the textbook. Furthermore, there was a certain dilution of content related to literature and, worse, the literary text that was often used to teach the Portuguese language has now started to be used for other purposes, such as hygiene and care. with the body.

KEYWORDS: Literature. Textbook. Novo Ensino Médio. BNCC

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
INTRODUÇÃO	15
1 SOBRE LITERATURA E ENSINO	20
1.1. Literatura, um direito e uma necessidade humana	22
1.2 Literatura e sua disciplinarização	24
1.3 O ensino de Literatura e leitura literária	25
2 O LIVRO DIDÁTICO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS	29
2.1 Questões relacionadas ao livro didático	29
2.2 Políticas Públicas para o Livro Didático	33
2.3 O Novo Ensino Médio e a BNCC	38
3. A LITERATURA NO PNLD 2021: ANÁLISE DE UM LIVRO DIDÁTICO	45
3.1 O PNLD de Língua Portuguesa para o Ensino Médio	45
3.2 A Literatura no Livro Didático “Interação Linguagens - Corporeidade: Somos corpos ou temos corpos”?	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS	76

APRESENTAÇÃO

Filho de pais que tiveram pouca oportunidade de estudos, mas que se dedicaram para que seus filhos pudessem estudar e seguir uma vida digna. Casado, pai de dois filhos, hoje reflito melhor sobre as condições de vida de meus pais e suas preocupações com os filhos, particularmente no tocante à educação e, principalmente, sobre como a formação acadêmica é importante para que possamos trilhar novos caminhos, sobretudo em uma sociedade com a estrutura social de nosso país, ainda com resquícios coloniais.

Iniciei meus estudos na Educação Básica em 1988, em Paranaíba, minha cidade natal, na 1ª série, e concluí em 1998; todos esses anos na Escola Estadual Wladislau Garcia Gomes. Durante esse período, tive vários professores, cada um com suas particularidades e conhecimentos. Lembro-me que todos os livros didáticos que utilizei foram comprados por meus pais, tanto novos quanto usados. Nesse sentido, uma reflexão, ocorrida já durante o meu Mestrado em Educação, tem me acompanhado: muitas foram as crianças excluídas do universo escolar, durante muito tempo, simplesmente porque a família não tinha condições de adquirir o material escolar exigido pelas escolas, sobretudo o livro didático. Dessa forma, as políticas públicas que contemplam o livro didático têm sido relevantes em nosso país, particularmente para as famílias que, de alguma maneira, estão sob alguma vulnerabilidade.

Ao final de 1998, concluí meu ciclo na Educação Básica e me deparei com o desafio da Educação Superior. Em Paranaíba, esse desafio era considerável, pois, sendo filho de pais humildes, não tinha condições financeiras para morar em outra cidade e cursar uma universidade. As únicas opções, em Paranaíba, eram Direito na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Ciências Contábeis e Pedagogia nas Faculdades Integradas de Paranaíba (FIPAR). Por isso, decidi tentar o vestibular para Direito, mas sem sucesso.

Fiquei dois anos sem cursar um curso superior. Em 2000, soube que as FIPAR ofereceriam o curso de Letras/Português-Inglês. Embora não fosse exatamente o curso que desejava, era o que podia cursar e pagar. Comecei meus estudos em 2001 e terminei em 2004 - foram quatro anos de dedicação, pois buscava melhorar minha vida e a de meus pais.

Antes de concluir o curso, já estava ministrando aulas de Língua Portuguesa em substituição, na antiga Escola Estadual Antonio Garcia de Freitas. Foram experiências que muito contribuíram para meu desenvolvimento como professor. Ao concluir o curso superior, tive o início dos verdadeiros desafios, pois substituir era fácil, mas ter minhas próprias aulas e viver com o salário era muito difícil.

Não desanimei e trabalhei em uma oficina mecânica ou, às vezes, em eventos, ao mesmo tempo em que aceitava substituições que surgiam. Em 2006, recebi um convite da diretora do antigo Colégio Doce Poli, que oferecia desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental II, para lecionar Língua Portuguesa do 6º ao 9º ano; aceitei o convite, embora o salário fosse um entrave. Então, coloquei meu nome à disposição nas escolas estaduais para futuras substituições.

Sempre acreditei que poderia alcançar meus objetivos e nunca desisti da carreira docente e de tentar melhorar em todos os aspectos, especialmente em termos acadêmicos. Consegui substituições na Escola Wladislau, na Escola Aracilda e na Escola Particular Objetivo, porém, as aulas não eram de Língua Portuguesa, mas sim de História, Sociologia e Filosofia; havia, evidentemente, o incômodo de atuar em áreas em que não tinha formação específica, no entanto, tal experiência foi enriquecedora e serviu para refletir acerca de outro aspecto relacionado à educação: ainda hoje, podemos constatar que há professores atuando fora de sua área de formação; aliás, tal aspecto tem se agravado a partir da implementação das últimas políticas públicas como o “Novo Ensino Médio” e a “Base Nacional Comum Curricular” (BNCC), uma vez que tais legislações promoveram os “Itinerários Formativos” e, assim, criaram disciplinas “novas”, que não exigem uma formação específica e que têm sido bastante questionadas, tanto por professores, quanto por alunos do Ensino Médio.

Posteriormente, consegui a atribuição de aulas de Redação, junto a uma escola particular, e aulas de Literatura e Língua Portuguesa na Escola Estadual Wladislau, além das aulas no Colégio Doce Poli. Em 2010, participei de um processo seletivo para atuar em sala de tecnologia e fui selecionado. Assim, comecei a trabalhar 20 horas como professor de tecnologia na rede pública estadual e ainda ministrei aulas de Redação, Literatura e Língua Portuguesa em outros períodos, totalizando uma carga horária de 50 horas semanais. Mantive esse ritmo até 2012, quando reduzi para 40 horas na rede pública e 8 horas de redação no colégio particular.

No entanto, meu sonho era ser concursado no Estado de Mato Grosso do Sul e fazer mestrado, então intensifiquei meus estudos. Em 2013, me inscrevi como aluno especial do Mestrado em Letras, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em Três Lagoas. No ano seguinte, fiz o Processo Seletivo do Mestrado em Letras, mas não fui aprovado. Não desisti e me inscrevi como aluno especial na UEMS de Paranaíba, no Mestrado em Educação. Passei na primeira fase, que consistia na avaliação dissertativa, mas não consegui ter aprovação no projeto.

Em 2013, passei no concurso de professor da Rede Estadual de Educação de MS, porém, só fui chamado para assumir o cargo de 20 horas semanais, em julho de 2015 - foi uma alegria para toda minha família. Iniciei minha efetividade como docente da rede pública de MS com 6 horas de Língua Portuguesa e 10 horas de Literatura, todas no Ensino Médio. Naquele ano trabalhei na escola José Garcia Leal, com os primeiros e terceiros anos do Ensino Médio de Literatura; naquela época não havia livros didáticos suficientes para todos os alunos, trabalhávamos com revezamentos, ou seja, eu levava aqueles livros para as salas e os alunos sentavam em duplas para que pudessem acompanhar ou até mesmo resolver alguns exercícios de Literatura.

No entanto, na escola Manoel Garcia Leal, nas aulas de Língua Portuguesa já era diferente: não tinha mesmo nenhum livro disponível e, por isso, passava todo o conteúdo no quadro negro; esses foram os seis primeiros meses de recém-concursado. Ainda é importante citar que, naquele mesmo ano, nos foi apresentada a primeira versão (preliminar) da BNCC; à época, houve uma mobilização das escolas de todo o Brasil para a discussão do documento, uma novidade para todos nós professores; com aquele documento percebemos que haveria mudanças significativas no Ensino Médio, especialmente no que dizia respeito às disciplinas. Antes isoladas, agora as disciplinas passariam a ser articuladas dentro de quatro grandes áreas do conhecimento: Linguagens e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – aproximando-se do que já era adotado pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). As disciplinas de Língua portuguesa e Matemática permaneceriam, na primeira versão da BNCC e estão até hoje, como componentes curriculares obrigatórios, durante os três anos de Ensino Médio, mas pairava uma incerteza de tudo sobre todas as outras disciplinas e minha principal preocupação era como ficaria a disciplina de Literatura.

No ano seguinte fui lotado nas mesmas quantidades de aulas de Língua Portuguesa e Literatura nas mesmas escolas; tudo acontecia do mesmo jeito, não tinha livro didático para todos alunos e vale ressaltar que sobre os livros escolhidos para aqueles anos eu não havia tido a oportunidade de debater acerca daquelas escolhas; é outro aspecto importante a ser considerado: são poucos professores que participam do processo de seleção do livro didático que será utilizado, muitas vezes por todas as escolas do município; professores “iniciantes” e professores convocados são, em muitos casos, excluídos do processo de escolha, ou seja, a ideia de que os professores são atores, sujeitos ativos no processo de escolha dos livros didáticos adotados pelas escolas das redes públicas precisa ser relativizada.

Continuamos com os estudos sobre a BNCC; em maio, foi apresentada a segunda versão do documento e, de junho a agosto, aconteceram os Seminários Estaduais com Professores, Gestores e Especialistas para debater essa segunda versão. Nos bastidores, nós, professores, tínhamos uma única percepção: a educação sofreria um impacto enorme e nem todos estavam preparados.

Ainda tinha o sonho de ser mestre, mas isso ficou adormecido por alguns anos, já que, recém-concursado, não teria tempo suficiente para tentar novamente. Em 2016, o governo do Estado iniciou um projeto para criar as Coordenadorias Regionais de Educação e, em Paranaíba, teria uma unidade. Fui convidado para compor a equipe, um novo desafio em minha vida. Saí da sala de aula para trabalhar como Técnico de Gestão, Avaliação e Planejamento, mas continuei dando aulas, dessa vez no ensino superior, no curso de Ciências Contábeis e, posteriormente, no curso de Pedagogia, nas FIPAR. É preciso destacar que, a partir de 2016, passamos a viver um outro cenário político, em nosso país: reflexo do Golpe, que culminou no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, a primeira iniciativa do governo Michel Temer foi a edição de uma Medida Provisória que estabelecia o “Novo Ensino Médio”, ainda em 2016. Já em 2017, em Mato Grosso do Sul, a disciplina de Literatura deixou de figurar do currículo do Ensino Médio, consequência direta, aliás, principal justificativa, dado o alinhamento da política educacional de MS à política Federal. Vários foram os problemas enfrentados pelos professores da rede pública estadual de ensino, no entanto, dois aspectos se tornaram muito evidentes: houve muitas dificuldades em relação à lotação do quadro docente e outras dificuldades surgiram com a implementação do currículo da chamada “escola de autoria”.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas no campo profissional, mas talvez justamente motivado por tais dificuldades, o ano de 2020 marcou o início de um novo desafio; com o início do Mestrado, em plena pandemia, também vi acontecer algo que mudou o rumo do “Novo Ensino Médio” em Mato Grosso do Sul, pois nosso estado foi um dos primeiros a implementar as alterações curriculares motivadas pela legislação federal: com a mudança da grade curricular, percebi que a Literatura já não era uma disciplina independente, mas integrada na área de conhecimento de Linguagens e suas Tecnologias, tínhamos um novo componente curricular chamado de Projeto de Vida nas escolas regulares e, nas escolas em tempo integral, outras disciplinas como unidades curriculares, intervenção comunitária, entre outras. Enquanto técnico da Coordenadoria, eu precisava incentivar a implementação dessas disciplinas, de acordo com a BNCC, uma missão difícil, pois tudo que é novo se torna um desafio entre a comunidade escolar, tínhamos que estudar e assistir várias “lives” e depois

tentar passar tudo para os coordenadores e diretores e os mesmos repassarem aos seus professores. Todo esse cenário estava ainda mais agravado pela crise sanitária provocada pela COVID-19 e potencializado pelo desgoverno federal que reinava. As dúvidas e incertezas eram grandes; o cenário nada favorável, no entanto, precisava enfrentar todos os desafios para seguir em busca de meu aprimoramento profissional.

Dentre tantas incertezas, uma dúvida pairava no ar: e os livros didáticos, como iriam chegar nas escolas? Tive acesso a alguns exemplares que as editoras forneceram às escolas para que os professores participassem do processo de escolha; percebi mudanças drásticas, principalmente na disciplina que eu ministrava enquanto estava em sala de aula, a Literatura já não era tão disponibilizada.

Em 2020, o primeiro (e principal) desafio foi permanecer vivo; depois, continuar trabalhando como técnico e professor nas aulas online. Apesar de todas as dificuldades, surgiu uma oportunidade inesperada: fui aceito no programa de Mestrado em Educação na UEMS, unidade de Paranaíba, com um projeto sobre leitura nas escolas estaduais. Tive a sorte de ser escolhido pelo professor doutor José Antonio. No entanto, o projeto sofreu alterações, e começamos a estudar a disciplina de Literatura nos livros didáticos, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), visto que a Literatura deixou de ser uma disciplina específica na grade curricular da rede estadual de educação, até porque eu já estava por dentro do que estava acontecendo na educação de Mato Grosso do Sul.

Ingressei no Programa de Mestrado em 2020, em meio à pandemia. Todas as aulas e reuniões com o orientador foram online, algo totalmente diferente do habitual. Por conta dos desafios, o prazo para a turma foi estendido, e alguns até solicitaram uma prorrogação de 6 meses. No meu caso, fiz tudo isso e ainda pedi mais uma prorrogação de três meses, pois a pandemia deixou sequelas em mim, como ansiedade e o início de uma depressão. Comecei a terapia e acompanhamento com um profissional de psiquiatria.

Provavelmente, muitas serão as pesquisas dedicadas aos enfrentamentos que os professores passaram, desde 2016, mas especialmente a partir de 2020, em consequência da pandemia. De alguma maneira, todas as pessoas foram afetadas: muitos perderam entes queridos, outros tantos, como eu, lidam com sequelas, sejam elas deixadas pela COVID19, sejam elas consequências de todos os desafios que enfrentamos para nos mantermos vivos – e trabalhando, diante de um cenário tão adverso. Dessa forma, essa breve trajetória apresentada serve, tanto como minha apresentação pessoal relacionada ao aspecto profissional, quanto como registro de algumas das dificuldades que todos os professores enfrentaram nos últimos anos.

INTRODUÇÃO

Antonio Candido, em *O direito à literatura* (2011), apresenta uma questão extremamente relevante a todos que se dedicam ao estudo da arte literária: seria a literatura um bem compressível ou incompressível? Para responder à pergunta, o renomado crítico brasileiro esclarece que cada sociedade, em cada tempo, define o que é considerado dispensável, ou indispensável às pessoas.

Após a exposição dos motivos que o levam a considera a literatura um bem incompressível, Candido (2011) enfatiza que a ausência de acesso à literatura pode provocar, nos seres humanos, danos irreparáveis, uma vez que pode provocar uma espécie de amputação: ao se negar o direito de acesso aos bens culturais produzidos pela humanidade (e por uma sociedade, em particular, provoca-se uma ruptura, pois com a negação de um direito tão essencial ao ser humano, nega-se também a possibilidade de sonho, nega-se também uma necessidade vital para todas as pessoas, qual seja o direito à ficção.

Assim como Candido (2011), consideramos a literatura um bem essencial, que permite ao ser humano não apenas a confirmação de sua humanidade, mas também a possibilidade de se afastar da realidade que, muitas vezes, se apresenta tão cruel; por outro lado, a necessidade de ficção, tão essencial aos seres humanos, é satisfeita com a literatura. É importante destacarmos a própria concepção de literatura utilizada por Antonio Candido, uma vez que ele esclarece:

Chamarei de literatura, da maneira mais ampla possível, todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o chamamos folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações. (2011, 176)

Observa-se que Candido (2011) não restringe a literatura ao texto literário, mas trata de um conceito ampliado, que considera “todas as criações de toque poético”. Ao adotarmos os princípios defendidos pelo crítico brasileiro, comungamos com seu pensamento: a literariedade pode ser percebida em diversas manifestações artísticas e culturas, ou seja, embora especialmente detectável no texto literário, o “toque poético” pode ser perceptível em diversas manifestações.

Da mesma forma que cada sociedade, em determinados tempos, define o que é considerado compressível ou incompressível, também as sociedades definem o que é ou não literário; o que é considerado ou não literatura. Tal definição é relevante para pensarmos acerca da escolarização da literatura, uma vez que, ao adentrar às escolas, ao participar da formação que as pessoas recebem, em ambiente escolar, também a apreensão da própria

literatura passa a se dar de maneira própria, uma vez escolarizada. Acerca da atuação da literatura, na vida das pessoas, Candido pondera:

Quero dizer que as camadas profundas da nossa personalidade podem sofrer um bombardeio poderoso das obras que lemos e que atuam de maneira que não podemos avaliar. Talvez os contos populares, as historietas ilustradas, os romances policiais ou de capa-e-espada, as fitas de cinema, atuem tanto quanto a escola e a família na formação de uma criança e de um adolescente. (CANDIDO, 1999, p. 84)

Dessa forma, o autor salienta que não podemos avaliar, de maneira imediata, a ação da literatura sobre as pessoas, uma vez que tal ação pode não ocorrer de maneira imediata, mas atuar na formação de uma pessoa, ao longo de toda sua vida. Outro aspecto importante a se destacar é que a literatura, ao ser disciplinarizada, em ambiente escolar, muitas vezes pode ter também suas funções confundidas e, eventualmente, as pessoas menos afeitas à temática podem esperar que a literatura atue, para os alunos, como um dos conhecimentos que são ensinados nas escolas. Talvez a literatura não possa ser ensinada, mas a leitura literária pode e deve ser ensinada aos alunos, em ambiente escolar; o que não é propício é considerar que algum conhecimento específico seja ensinado, a partir da literatura, ou mesmo da leitura de textos literários.

Ziberman (2009) propõe que a Literatura pode ser introduzida por meio da leitura das obras literárias, no ambiente escolar, como por exemplo, em sala de aula, sempre com a intenção de aproximar o aluno do texto, ampliando sempre essas possibilidades para que a literatura não seja uma obrigação escolar, mas um ponto de partida, com a finalidade de transformar o aluno em leitor. Infelizmente, talvez por uma leitura equivocada de tal concepção, também muitos são aqueles que pensam na literatura apenas como coadjuvante, como algo capaz de propiciar a formação do leitor, no entanto, precisamos novamente ressaltar: a literatura atua na formação do homem, no entanto, não atua de uma maneira exata, precisa, como muitos pretendem.

É importante, assim, que consideremos alguns aspectos que destacamos: a literatura não se confunde com texto literário; o ensino de literatura pode e deve considerar também o ensino da leitura do texto literário; tal ensino, no entanto, não precisa servir a uma finalidade imediata, até porque, muitas vezes, a literatura e o texto literário não se prestam a uma finalidade específica.

No entanto, ao considerarmos a escolarização da leitura literária, também podemos levar em conta uma espécie de didatização que acompanha a literatura, em ambiente escolar: por exemplo, os livros didáticos, em sua grande maioria, adotam princípios didáticos, de maneira e tentar explicar, de alguma forma, o fenômeno literário; a partir de tal princípio, é

muito comum o ensino de literatura pautado no ensino das escolas literárias da literatura – no caso do Brasil, especialmente das literaturas portuguesa e brasileira. Embora o livro didático seja um material importante para o trabalho docente (e para o próprio processo de ensino e aprendizagem), precisamos considerar diversos aspectos relacionados a tal material, dentre eles, dois merecem nosso destaque: a) o livro didático não é o único recurso do qual o professor possa e deva dispor; b) o livro didático é algo importante, especialmente no cenário educacional brasileiro.

Se por um lado o livro didático não é o único recurso do qual o professor possa lançar mão para o ensino da leitura e da leitura literária, por outro, em muitos casos, infelizmente ainda é o único recurso disponível. O projeto educacional brasileiro não contempla, de maneira igualitária, toda a população do país; ainda temos muitas escolas sucateadas, que não possuem mobiliário adequado, sequer outros recursos, além de lousa e giz; em muitos casos, a própria sequer a lousa está em condições de uso. Em relação ao livro didático, podemos ainda destacar que, durante muito tempo, tal material foi fator de exclusão, uma vez que muitas crianças não podiam frequentar a escola simplesmente porque os pais não tinham condições de adquirir os livros didáticos para seus filhos. Nesse sentido, foi necessária a implementação de políticas públicas que, ao longo dos anos, visavam à diminuição da evasão escolar, por conta da ausência de livros didáticos.

Assim, efetivadas algumas reflexões iniciais acerca da literatura, do ensino de leitura literária e sobre o livro didático e sua relação com as políticas públicas voltadas à educação, elaboramos nossa pergunta: quais os efeitos do Novo Ensino Médio e da BNCC para o ensino de Literatura e para a elaboração do livro didático destinado a “Linguagens e suas Tecnologias” (unidade curricular de Língua Portuguesa/Literatura) do Ensino Médio?

Elaborada nossa pergunta norteadora, cumpre esclarecer que nosso objetivo principal é descrever e analisar a presença da Literatura e como são apresentados/utilizados os textos literários em um Livro Didático direcionado ao Ensino Médio, conforme a seleção efetivada pelos docentes da rede pública estadual do município de Paranaíba, aprovados pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD/2021) de acordo com o Novo Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular.

Já, enquanto objetivos específicos, buscamos empreender considerações acerca da literatura e da leitura literária, com foco na forma como são apresentadas em um livro didático específico. Da mesma forma, compreender as Políticas Públicas do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), sua relação com o Novo Ensino Médio e com a BNCC e como tais políticas interferiram no conteúdo apresentado em um livro didático de Literatura.

A partir do livro didático escolhido pelos docentes da rede pública estadual do município de Paranaíba, foi selecionado, como corpus de nossa pesquisa, um livro didático aprovado pelo PNLD 2021. Dessa forma, o conteúdo relacionado à Literatura será analisado, a partir de sua relação com a BNCC (e as alterações relacionadas à Literatura e promovidas pela diretriz governamental), bem como o que dispõem o PNLD/2021.

No método de procedimento aplicaremos pesquisa qualitativa que será dividida em três etapas sendo a primeira fase exploratória, onde teremos a visão geral e não enviesada do problema, na segunda etapa teremos a investigação focalizada, etapa que se coleta os dados, recolheremos um livro didático escolhido por uma escola estadual de Paranaíba/MS de modo que se compreenda a presença da Literatura no PNLD/ 2021 de acordo com a BNCC e por fim faremos a terceira etapa que será a análise.

Dentro tudo o que iremos discutir não podemos nos esquecer de que Literatura, até bem pouco tempo, constituía-se enquanto uma disciplina específica do currículo do Mato do Grosso do Sul, mas, com as mudanças efetivadas pelo Novo Ensino Médio e BNCC, essa disciplina passou a integrar o componente ‘Linguagem e suas tecnologias’. Apesar de não existir, com autonomia, enquanto disciplina Literatura ainda é um componente curricular do Ensino Médio.

No estado de Mato Grosso do Sul esse processo trouxe muitas discussões e uma nova organização do currículo estadual que levou há uma nova reorganização em relação ao Referencial Estadual e trouxe novas metas de ensino para o estado.

Em termos capitulares, organizamos esta dissertação da seguinte maneira: inicialmente, trataremos de literatura e ensino, considerando as especificidades da literatura, o ensino da leitura literária e as nuances de tal relação. No segundo capítulo abordaremos o livro didático e as políticas públicas para o LD, especialmente as alterações provocadas pelo Novo Ensino Médio e pela BNCC. Na terceira parte de nossa pesquisa, procuraremos focalizar o PNLD do Ensino Médio, enquanto política pública, as alterações provocadas PNLD 2021, em função da implantação do Novo Ensino Médio e da BNCC, a partir da análise do conteúdo relacionado à literatura presente no livro didático “*Interações Linguagens: corporeidade: somos corpos ou temos corpos.*”, editado pela Editora Brasil e aprovado para o PNLD 2021.

Por fim, nas considerações finais, iremos fazer uma avaliação de tudo o que foi discutido, enfocando os pontos principais e em que aspectos a literatura, no livro didático, sofreu mudanças e teve alterações provocadas pelas últimas políticas públicas adotadas pelo governo brasileiro.

Cumpram ainda ressaltar dois aspectos relevantes: a pesquisa foi afetada pela Pandemia da Covid-19, uma vez que o trabalho docente, como um todo, sofreu e tem sofrido profundas modificações e todos os professores, das diversas etapas do processo educacional, da Educação Básica à Pós-Graduação, passaram a lidar com outras formas de ensino e aprendizagem, sem contar os problemas decorrentes da saúde mental que envolve o trabalho docente. A segunda questão a ser destacada é que o presente texto ainda passará por lapidações, pois se trata de uma primeira versão da dissertação. Dessa forma, o texto não passou por uma revisão de língua/linguagem e das normas da ABNT – tais procedimentos serão adotados para o depósito da versão definitiva do texto, após considerar as ponderações da banca examinadora.

1. SOBRE LITERATURA E ENSINO

A literatura desempenha um papel crucial na vida das pessoas, sendo uma fonte inestimável de enriquecimento cultural e emocional. Desde tempos remotos, a escrita tem sido uma ferramenta poderosa para transmitir conhecimento, histórias e reflexões sobre a natureza humana. Na contemporaneidade, a literatura mantém sua relevância, exercendo influência marcante na formação das identidades individuais e coletivas.

Na escola, a introdução à literatura é essencial para o desenvolvimento cognitivo e emocional dos estudantes. Através das páginas de um livro, os jovens têm a oportunidade de explorar mundos imaginários, ampliar seus horizontes e expectativas e desenvolver habilidades de análise crítica. Além disso, a literatura proporciona o entendimento de diferentes contextos sociais, culturais e históricos, promovendo a humanização e a compreensão entre os alunos cujos reflexos, certamente, são percebidos também fora da escola.

A leitura literária estimula a criatividade, cultivando a capacidade de expressão artística e a habilidade de formular argumentos coerentes. Ao serem expostos a diferentes estilos literários, os estudantes têm a chance de aprimorar suas habilidades de escrita e comunicação, ferramentas fundamentais para o sucesso em diversas áreas da vida.

A literatura também desempenha um papel fundamental na construção da identidade nacional, preservando a memória coletiva e transmitindo valores culturais de geração em geração. Através das obras literárias, os indivíduos têm a oportunidade de conhecer a diversidade de perspectivas presentes em uma sociedade, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e conscientes.

Além disso, a literatura é uma aliada no desenvolvimento do pensamento reflexivo. Ao se deparar com personagens complexos e tramas intrincadas, os leitores são desafiados a questionar suas próprias crenças e a refletir sobre temas universais, como ética, moralidade e justiça. Ao se deparar com um poema intimista, a subjetividade dos alunos pode ser despertada.

A literatura, ao longo dos séculos, tem sido uma fonte de resistência e transformação. Obras literárias muitas vezes refletem as lutas e conquistas da sociedade, dando voz aos marginalizados e desafiando as normas estabelecidas. Dessa forma, a literatura torna-se um instrumento de empoderamento e conscientização social.

No ambiente escolar, a literatura não deve ser vista apenas como uma disciplina, mas como uma ferramenta para o desenvolvimento integral do indivíduo. Ela proporciona um

espaço para a construção de valores, o fortalecimento da autoestima e a promoção do pensamento crítico, elementos essenciais para a formação de cidadãos responsáveis e atuantes na sociedade.

Ao explorar diferentes gêneros literários, os estudantes têm a oportunidade de expandir seus horizontes e adquirir conhecimento em diversas áreas do saber. A interdisciplinaridade entre a literatura e outras disciplinas enriquece o processo de aprendizagem, conectando conteúdos e estimulando o pensamento integrado.

A literatura, ao proporcionar uma imersão em diferentes épocas e contextos, contribui para a construção de uma consciência histórica. Os estudantes podem vivenciar, através das páginas dos livros, eventos marcantes e compreender as consequências de ações passadas, desenvolvendo uma perspectiva crítica em relação ao presente e ao futuro.

A leitura literária também desempenha um papel crucial na formação do senso estético. Ao apreciar a linguagem poética, a estrutura narrativa e os recursos estilísticos, os leitores desenvolvem uma sensibilidade para a beleza da expressão artística, contribuindo para a formação de indivíduos mais criativos e apreciativos das manifestações culturais.

Além disso, a literatura proporciona um refúgio para o leitor, permitindo a ele escapar temporariamente da realidade e explorar mundos imaginários. Essa capacidade de transporte para diferentes universos possibilita o desenvolvimento da empatia e da compreensão, uma vez que os leitores se identificam com as experiências dos personagens.

A literatura também é uma poderosa ferramenta para o desenvolvimento da habilidade de interpretação. Ao lidar com textos complexos e simbólicos, os estudantes aprimoram sua capacidade de análise e interpretação, elementos essenciais não apenas na academia, mas também na vida cotidiana.

A literatura contribui para a construção do repertório cultural dos indivíduos, permitindo o acesso a diferentes manifestações artísticas e pensamentos filosóficos. Ao conhecer obras clássicas e contemporâneas, os leitores ampliam seus horizontes e se tornam mais aptos a compreender a diversidade cultural presente no mundo.

A introdução à literatura desde a infância é crucial para despertar o amor pelos livros e estimular o hábito da leitura ao longo da vida. Crianças que têm contato com histórias desde cedo desenvolvem não apenas habilidades linguísticas, mas também uma imaginação fértil e um senso de curiosidade que os acompanhará em todas as fases da vida.

Dessa forma, a literatura desempenha um papel multifacetado e fundamental na vida das pessoas e na escola. Ela é uma ferramenta valiosa para a formação integral do indivíduo, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo, emocional, ético e estético. Ao explorar as

páginas de um livro, os leitores embarcam em uma jornada enriquecedora que transcende o tempo e o espaço, conectando-os a diferentes culturas, experiências e perspectivas, e, assim, construindo uma sociedade mais reflexiva, empática e consciente.

1.1 Literatura, um direito e uma necessidade humana

É impossível tratar do direito à literatura sem falar primeiro ao direito à educação brasileira. A universalidade do Ensino só aconteceu no Brasil após a publicação da Lei e Diretrizes e Bases da Educação 9394/96:

Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo.

Antes disso apenas uma minoria tinha acesso aos bancos escolares, mesmo com publicações legais, boa parcela da população brasileira ainda é mutilada, pois tem o acesso, mas não compreende um texto que lê. Isso acaba aumentando a desigualdade social, enquanto uns ficam cada vez mais confortáveis outros ficam na miséria, sem conhecimento erudito.

Assim fica evidente que para ter direito à literatura a população precisa primeiro ter acesso à uma educação de qualidade e de certa forma o local que privilegiará isso é a escola. Do mesmo modo que uma pessoa tem direito a casa, comida, instrução, saúde, também tem direito a ler Dostoiévski ou ouvir os quartetos de Beethoven (CANDIDO, 2011, p. 174).

Antonio Candido (2011) destaca o conflito entre a visão tradicional da literatura, que a concebe como algo que eleva e edifica segundo padrões oficiais, e sua poderosa força indiscriminada de iniciação na vida. A literatura, longe de ser uma entidade que apenas corrompe ou edifica, traz em si uma complexidade variada, nem sempre desejada pelos educadores. Ela não se limita a moldar o caráter; ao trazer consigo o bem e o mal, humaniza profundamente, dando sentido à própria existência.

Candido também destaca que a literatura corresponde a uma necessidade universal que, se negligenciada, pode resultar na mutilação da personalidade. Ao dar forma aos sentimentos e à visão de mundo, ela organiza, liberta do caos e, portanto, humaniza. Negar a fruição da literatura, de acordo com Candido (2011) é equiparado a mutilar nossa própria humanidade. Além disso, a literatura pode ser um instrumento consciente de desmascaramento, ao focar situações de restrições ou negações de direitos, como miséria, servidão e mutilação espiritual.

Ainda conforme Candido (2011), durante o sono, o sonho assegura a presença indispensável do universo literário, independentemente da vontade. Na vigília, a criação ficcional ou poética, a essência da literatura em todas as suas formas, está presente em cada um de nós, seja erudito ou analfabeto, manifestando-se desde o devaneio amoroso ou econômico no ônibus até a atenção dedicada à novela de televisão ou à leitura de um romance. Ninguém pode passar vinte e quatro horas sem mergulhar no universo da ficção e da poesia, evidenciando que a literatura, concebida em sentido amplo, corresponde a uma necessidade universal que precisa ser satisfeita, e cuja satisfação constitui um direito inalienável.

Assim, o direito à literatura vai além do acesso a livros; é o direito de vivenciar a complexidade da existência, compreender diversas perspectivas e, acima de tudo, é o direito de se humanizar. A literatura, como ferramenta formadora, contribui para a construção de cidadãos críticos, conscientes e capazes de entender e enfrentar os desafios da sociedade. Portanto, garantir o acesso à literatura é assegurar não apenas a educação, mas também o pleno desenvolvimento humano.

A literatura transcende a dualidade entre o que é considerado bom e mau, corrompendo ou edificando. Conforme Candido (2011), a literatura carrega consigo uma variada complexidade, nem sempre desejada pelos educadores, mas que, para Candido, é o que a torna profundamente humana. A literatura não apenas molda o caráter; ao trazer em si o bem e o mal, ela humaniza, conferindo significado e vitalidade à experiência de viver.

Candido (2011, p. 188) também ressalta que a literatura corresponde a uma necessidade universal. Ela não é um mero luxo, mas algo que deve ser satisfeito para evitar a mutilação da personalidade. Ao dar forma aos sentimentos e à visão de mundo, a literatura organiza, liberta do caos e, assim, humaniza. Negar a fruição da literatura é negar a própria humanidade. Além disso, o autor destaca o papel da literatura como um instrumento consciente de desmascaramento, ao focalizar situações de restrições ou negações de direitos, como a miséria, a servidão e a mutilação espiritual.

Portanto, a literatura não é apenas uma disciplina acadêmica; ela é a expressão mais autêntica da condição humana. Ela oferece uma lente através da qual podemos compreender a complexidade da existência, explorar diversas perspectivas e desenvolver nossa humanidade. A formação do homem, segundo Candido (2011), não está completa sem a influência transformadora da literatura, que não apenas enriquece intelectualmente, mas também atua, de maneira indiscriminada, em nossa subjetividade, atuando na formação ética e na compreensão do indivíduo em relação ao mundo. Ao reconhecer o valor inestimável da literatura na

formação do homem, abrimos portas para uma sociedade mais consciente, reflexiva e humanizada.

1.2 Literatura e sua disciplinarização

Ao investigar o período colonial brasileiro, percebemos que a instrução formal estava inicialmente vinculada à catequese e à formação religiosa. Contudo, já nesse período, a oralidade e a tradição popular contribuíram para a disseminação de narrativas que, de certa forma, representavam uma forma embrionária de literatura (LE GOFF, 1994). A presença de textos literários nas escolas só se intensificaria nos séculos seguintes, especialmente após o advento da imprensa e o aumento da disponibilidade de livros.

De acordo com Lima (1991), durante o século XIX, com a consolidação do Império e a busca por uma identidade nacional, a literatura foi gradualmente introduzida nas escolas como parte do currículo, refletindo a influência de ideais românticos. Autores como Gonçalves Dias e José de Alencar foram incorporados ao cânone escolar, buscando promover uma visão mais romântica da brasilidade e da formação nacional.

No início do século XX, conforme Nóvoa (1992), com a criação da Escola Nova e a influência de movimentos pedagógicos europeus, a literatura ganhou espaço como instrumento pedagógico na formação integral dos alunos. A proposta de uma educação mais centrada no aluno e em sua experiência direta estimulou uma abordagem mais ativa à leitura literária nas escolas.

Contudo, a literatura escolar no Brasil nem sempre foi inclusiva e representativa da diversidade cultural do país. A predominância de autores europeus e a exclusão de vozes marginalizadas são aspectos que marcaram parte da história da disciplina literária no contexto educacional brasileiro.

A redemocratização do Brasil, a partir da década de 1980, de acordo com Gebara (1999), trouxe novos desafios e oportunidades para a incorporação da literatura nas escolas. A ênfase na promoção da diversidade cultural e a necessidade de formar leitores críticos foram incorporadas em reformas educacionais que buscavam uma abordagem mais contextualizada e reflexiva à literatura escolar (GEBARA, 1999).

Contudo, nos últimos tempos, o que se observa é que a disciplina de Literatura tem ocupado, cada vez mais, um papel secundário, no cenário brasileiro, sobretudo no Ensino Médio: por vezes, a literatura é utilizada como apêndice da disciplina Língua Portuguesa, às vezes, inclusive, com a utilização de textos literários para o ensino de gramática ou com

outras finalidades linguísticas; outras vezes, a escola utiliza o texto literário com a finalidade de ensinar algo específico, sem se preocupar com as questões relacionadas à fluidez estética; outras vezes, ainda, a literatura é destinada ao ensino de leitura. Dessa forma, é importante que possamos refletir sobre o ensino de literatura e leitura literária.

1.3 O ensino de literatura e de leitura literária

A noção moderna de literatura, surgida no século XVIII na Europa, marcou uma transformação fundamental, desvinculando-a do conjunto da cultura letrada e conferindo-lhe status de atividade particular e superior. Segundo Perrone-Moises (2008), a literatura tornou-se uma prática de linguagem autônoma, uma arte e um meio de conhecimento distintos das demais formas de expressão linguística. Essa compreensão fundamenta a visão de que a literatura não é apenas um conjunto de palavras, mas uma forma de conhecimento e expressão artística única. Para a autora:

A noção moderna de literatura instalou-se na Europa em meados do século XVIII, quando deixou de significar o conjunto da cultura letrada, para designar uma atividade particular, uma prática de linguagem separada (e superior) às outras práticas languageiras, uma arte e um meio de conhecimento autônomos. (PERRONE-MOISÉS, 2008, p. 15).

Os teóricos da literatura, desde os românticos até os estruturalistas franceses, compartilham pontos essenciais sobre a literatura. Para eles, a literatura é uma arte e uma forma de conhecimento, onde escrever implica não apenas desvendar a realidade, mas transformá-la. O texto literário é livre, não sendo um instrumento com um fim específico, e a leitura literária é uma criação partilhada (PERRONE-MOISES, 2008, p. 16).

Antonio Candido (1972) destaca que a arte, incluindo a literatura, é uma transposição do real para o ilusório por meio de uma estilização formal da linguagem. A literatura propõe uma ordem arbitrária para as coisas, seres e sentimentos, combinando elementos da realidade com manipulação técnica. Essa caracterização ressalta a gratuidade inerente à atividade literária, onde a estilização formal é essencial para sua configuração. Conforme o autor assegura:

A arte, e, portanto a literatura, é uma transposição do real para o ilusório por meio de uma estilização formal da linguagem, que propõe um tipo arbitrário de ordem para as coisas, os seres, os sentimentos. Nela se combinam um elemento de vinculação à realidade natural ou social, e um elemento de manipulação técnica, indispensável à sua configuração, e implicando em uma atitude de gratuidade. (CANDIDO, 1972, p. 53).

O ensino de literatura, por sua vez, está intrinsecamente ligado à compreensão da literatura como fenômeno autônomo. Reis (2008) argumenta que a criação literária é uma atividade intencional e finalística, realizada com a consciência de que o texto será entendido como literário. O escritor adere a protocolos específicos e integra sua escrita num cenário institucional condicionado por fatores diversos:

A caracterização da linguagem literária como fenômeno autônomo apoia-se, em primeira instância, na noção de que a criação literária constitui uma atividade intencional e finalística. Quando escreve um texto, o escritor sabe normalmente que esse texto virá a ser entendido como texto literário; tal facto estimula não apenas a observância de determinados protocolos de escrita literária, mas também a integração dessa escrita num cenário institucional condicionado por fatores e circunstâncias [...]. Assim, escrever literatura é, na esmagadora maioria das vezes e ressalvadas raras exceções, um ato deliberadamente estético, que o escritor é o primeiro a reconhecer como tal. [...] Por outro lado, escrever literatura implica também o propósito de configurar um discurso literário com feição específica e dotado de funções muito diversas das que são próprias, por exemplo, do discurso jurídico, do discurso de imprensa, do discurso publicitário ou do discurso cinematográfico. (REIS, 2008, p. 103-104).

Perrone-Moises (2008) destaca a importância de ensinar literatura, afirmando que isso equivale a ensinar a ler. Os textos literários, segundo a autora, atingem o mais alto grau de precisão e potência de significação da linguagem. A leitura literária não se reduz ao significado, mas opera na interação de diversos níveis semânticos, permitindo interpretações teoricamente infinitas; para a autora:

ensinar literatura é ensinar a ler, e sem leitura não há cultura; porque os textos literários são aqueles em que a linguagem atinge seu mais alto grau de precisão e sua maior potência de significação; porque a significação, no texto literário, não se reduz ao significado (como acontece nos textos científicos, jornalísticos, técnicos), mas opera a interação de vários níveis semânticos e resulta numa possibilidade teoricamente infinita de interpretação; porque a literatura é um instrumento de conhecimento e autoconhecimento; porque a ficção, ao mesmo tempo em que elimina a realidade, mostra que outros mundos, outras histórias e outras realidades são possíveis, libertando o leitor do seu contexto estreito e desenvolvendo nele a capacidade de imaginar, que é um motor de transformação histórica; porque a poesia capta níveis de percepção, de fruição e de expressão da realidade que outros tipos de textos não alcançam [...]". (PERRONE-MOISÉS, 2008, p. 18)

A relação entre literatura e ensino no Brasil apresentou desafios históricos. No século XIX, o estudo do português no Colégio Pedro II foi completamente abrazeirado, utilizando compêndios nacionais e dedicando-se à literatura brasileira, conforme Razzini, (2000, p. 77). A partir do século XVIII, de acordo com Venturi; Gatti Junior (2004, p. 6), os esforços educacionais voltaram-se para a defesa de um ensino que transmitisse língua e literatura nacionais, vinculando ambos aos ideais nacionalistas.

Contudo, mudanças recentes no Brasil substituíram a disciplina de "Literatura" por outras denominações, como "Expressão e Comunicação" no ensino secundário e "Linguagens,

Códigos e suas Tecnologias" no ensino superior. A literatura, muitas vezes, é equiparada a outros tipos de texto e avaliada em termos de "brasilidade" ou aceitação pelos alunos. Perrone-Moises (2008, p. 14) nos assegura e esclarece:

No Brasil, a disciplina de "Literatura" foi substituída, no ensino secundário por "Expressão e Comunicação" e, no ensino superior, por "Linguagens, Códigos e suas Tecnologias". Assim constavam nos documentos do Ministério da Educação, nos quais a palavra "literatura" é raramente usada. Quando os textos literários são referidos, são equiparados a outros tipos de texto, e avaliados em função de sua "brasilidade" ou de sua aceitação pelos alunos.

Soares (2005, p. 112) destaca a importância do letramento, definindo-o como um conjunto de habilidades de leitura e escrita aplicadas a diferentes práticas sociais. Nesse contexto, a leitura literária é uma das múltiplas habilidades de letramento, demandando uma aprendizagem específica.

A leitura literária é uma prática que vai além do entretenimento. Ela proporciona uma compreensão mais profunda da linguagem, atingindo níveis de percepção, fruição e expressão da realidade que outros tipos de textos não alcançam.

Diante dos desafios enfrentados no ensino de literatura, Barbosa (2011, p. 154) destaca que a literatura busca formar leitores que apreciem a leitura de forma não-funcional, movidos pelo gosto e desejo de ler. Esses leitores descobrem na leitura literária um espaço de entretenimento, reflexão sobre o humano e fruição estética.

A relação entre escola e literatura é, por vezes, conflituosa. Martins e Versiani (2008, p. 11) apontam que a escolarização da literatura é inevitável, mas sempre gerou desafios. A expressão "leitura literária" é desafiadora nos espaços escolares, pois a manifestação artística suscita rupturas e desafia as práticas tradicionais de ensino.

Para Magnani (1995) é crucial questionar a lógica que reduz as práticas escolares de leitura a mero entretenimento, repetição e uniformização de significados. A literatura, ao contrário, oferece a oportunidade de buscar o diferente, o desconhecido e desenvolver a capacidade de imaginar, sendo um motor de transformação histórica, conforme enfatiza Magnani (1995, p. 33):

Penso ser possível e necessário questionar essa lógica perversa, de acordo com a qual as práticas escolares de leitura, resumindo-se ao entretenimento, à fortuita repetição do mesmo, à confirmação da experiência imediata e à uniformização de significações, impedem a conquista do direito de buscar o diferente e o desconhecido, o direito de saber o que de *mais alto* se pode buscar, o direito de aprender a conhecer e formular necessidades diferentes das que são apresentadas como evidências e de aprender, ainda mais, a satisfazer essas necessidades; de acordo com a qual, enfim, professores e alunos acabam por viver uma privação semelhante a de satanás, após a queda dos céus. (MAGNANI, 1995, p.33)

Os desafios no ensino de literatura no Brasil também estão relacionados à abordagem nos livros didáticos. Jobim (2009, p. 113) destaca a presença de textos literários em fragmentos e a predominância de textos não-literários, como receitas, contos de luz, piadas e quadrinhos. Essa abordagem desafia a formação de leitores literários.

Por fim, Paulino (2008, p. 57) ressalta que a escolarização da literatura não deve comprometer sua essência poética. A história do livro didático no Brasil revela períodos em que todos os textos eram literários, mas a leitura estava direcionada a objetivos não-literários. A literatura foi muitas vezes utilizada como instrumento para o ensino de conteúdos gramaticais.

Em síntese, o ensino de leitura literária no Brasil enfrenta desafios históricos, desde a relação da literatura com a nacionalidade até as mudanças nas designações curriculares. A compreensão da literatura como fenômeno autônomo, a formação de leitores literários e a busca por superar a lógica funcionalista na escola são elementos essenciais para uma boa abordagem do ensino de literatura.

2. O LIVRO DIDÁTICO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

O livro didático faz parte do dia a dia do professor e do aluno, é um instrumento fácil de usar e podemos dizer que é uma das mais importantes ferramentas do professor. O Ministério da Educação e o Governo brasileiro possuem um excelente programa do livro didático, que leva o mesmo para todo o ensino público.

No Brasil existe o PNLDT ou Programa Nacional do Livro Didático, que leva o livro a todos os estudantes do ensino público, trabalha com diversos autores e editoras, formando um conjunto coeso e único que contribuem muito para avanço da educação de nossos filhos na rede pública.

Com o estudo do livro didático acabamos por ver como ele fica colocado nas políticas públicas do governo e em como isso de certa forma acaba por afetar a qualidade do ensino nas escolas públicas, se são ou não adequados a realidade dos alunos ou se os professores conseguem usá-los de forma adequada em sala de aula. Sendo o mesmo uma ferramenta de grande utilidade se faz necessário que todos os envolvidos saibam de sua importância e o que o mesmo representa em relação ao futuro dos alunos.

Atualmente são enviadas coleções de livros para as escolas com a finalidade dos professores escolherem aqueles que melhor vão atender suas necessidades e dos alunos para que com isso haja um melhor aproveitamento do tempo em sala. Após isso, são enviados no início do ano para as escolas os livros escolhidos com um período de uso que varia de 3 a 4 anos dependendo da coleção e do que é exigido pelos planos de aulas e cronogramas de cada escola.

2.1. Questões relacionadas ao livro didático

Justamente por estar tão presente no cotidiano escolar, o livro didático figura quase que como qualquer outro material escolar, incorporado como se fizesse parte, desde sempre, daquele ambiente. Entretanto, como qualquer outro material escolar, o livro didático possui especificidades, características próprias que merecem ser consideradas quando tratamos do livro didático, enquanto objeto, e de sua utilização.

Várias podem ser as ponderações acerca do livro didático, por exemplo: o livro didático é destinado ao professor, ou ao aluno? Não podemos desconsiderar que tanto os docentes, quanto os discentes utilizam o livro didático e, evidentemente, a organização do

livro didático do professor é diferente, pelo menos em alguns aspectos, da edição disponibilizada para o uso dos estudantes.

Outro aspecto que necessita ser considerado é que o livro didático está incorporado a um mercado editorial, na verdade, o maior mercado editorial da indústria de livros, no Brasil. Ou seja, não podemos desconsiderar que a indústria do livro didático obedece a interesses mercadológicos e que, tal material, não é elaborado, editado e comercializado apenas para atender aos interesses educativos; precisamos considerar que, como outra mercadoria qualquer, o livro didático é comercializado.

No Brasil, há algum tempo, os livros didáticos obedecem a normatizações que incluem desde editais para que os livros sejam avaliados, até mesmo à logística de distribuição desses livros. De certa forma, o setor público organiza todo o processo e as editoras, para conseguirem sua inserção nesse mercado editorial, obedecem aos critérios estabelecidos e tais critérios estão intimamente ligados às políticas públicas educacionais. É necessário problematizarmos esses critérios relativamente consensuais acerca da qualidade do livro didático, bem como investigar a fundo as características que melhor contribuam para o cumprimento de suas finalidades.

Embora não seja objeto de problematizações, em ambiente escolar, várias instituições (como o Ministério da Educação – MEC, as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, editoras e todos envolvidos no mercado editorial didático) e pesquisadores tem se dedicado à análise das principais problemáticas e temas relativos aos livros e edições didáticas. De acordo com Coppin (2004, 552), muitos são os que se dedicam ao estudo da “complexidade do objeto ‘livro didático’, a multiplicidade de suas funções, a coexistência de outros suportes educativos e a diversidade de agentes que ele envolve.”.

O autor aponta que o livro didático se tornou um objeto histórico, com características e funções específicas, podendo ser estabelecidas diversas vinculações entre o contexto de sua produção e utilização, sendo utilizado como objeto de análise para compreensão das propostas pedagógicas, políticas públicas e as concepções sociais de uma cultura em geral. Ampliou-se a percepção acerca do livro didático como objeto de consumo dentro do mercado editorial, e muitas instituições e estudiosos passar a analisar sua linguagem, sua forma, sua materialidade.

Entretanto, é preciso também considerar que o livro didático não é um material que esteja isolado, que não esteja relacionado a tantos outros materiais didáticos que são utilizados com a finalidade de atuarem no processo de ensino e aprendizagem; tanto que Choppin salienta:

livro didático não é, no entanto, o único instrumento que faz parte da educação da juventude: a coexistência (e utilização efetiva) no interior do universo escolar de instrumentos de ensino-aprendizagem que estabelecem com o livro relações de concorrência ou de complementaridade influi necessariamente em suas funções e usos. Estes outros materiais didáticos podem fazer parte do universo dos textos impressos (quadros ou mapas de parede, mapas mundi, diários de férias, coleções de imagens, “livros de prêmio” — livros presenteados em cerimônias de final de ano aos alunos exemplares — enciclopédias escolares...) ou são produzidos em outros suportes (audiovisuais, softwares didáticos, CD-Rom, internet, etc.). Eles podem, até mesmo, ser funcionalmente indissociáveis, assim como as fitas cassete e os vídeos, nos métodos de aprendizagem de línguas. O livro didático, em tais situações, não tem mais existência independente, mas torna-se um elemento constitutivo de um conjunto multimídia.” (CHOPPIN, 2004, 553).

Como elemento constitutivo do ambiente escolar, o livro didático, se articulado com outros recursos, pode ser utilizado como ferramenta para o processo de ensino e aprendizagem e está relacionado a todos os outros materiais utilizados, em ambiente escolar. No entanto, o livro didático possui especificidades, características próprias que o distingue de outros materiais escolares. Nesse sentido, Lajolo (2016) considera que se a escola é um lugar especial e, da mesma forma, tudo o que é utilizado como “material escolar” também ocupa um lugar especial, em nossa sociedade. Para a autora:

Também especial é o *material escolar*, que se pode definir como o conjunto de objetos envolvidos nas atividades-fim da escola. Tudo aquilo que ajuda a aprendizagem que cumpre à escola patrocinar — computadores, livros, cadernos, vídeo, canetas, mapas, lápis de cor, televisão, giz e lousa, entre outras coisas — é material escolar.” (LAJOLO 2016 p.3)

Embora seja um material escolar, como tantos outros, Lajolo (2016) considera o livro didático como sendo um dos elementos essenciais que auxiliam nos processos de ensino e aprendizagem, especialmente porque os livros didáticos apresentam conteúdos organizados, ou seja, atuam, decisivamente sobre o que e como se ensina:

Didático, então, é o livro que vai ser utilizado em aulas e cursos, que provavelmente foi escrito, editado, vendido e comprado, tendo em vista essa utilização escolar e sistemática. Sua importância aumenta ainda mais em países como o Brasil, onde uma precaríssima situação educacional faz com que ele acabe determinando conteúdos e condicionando estratégias de ensino, marcando, pois, de forma decisiva, o *que se ensina e como se ensina* o que se ensina. Como sugere o adjetivo *didático*, que qualifica e define um certo tipo de obra, o livro didático é instrumento específico e importantíssimo de ensino e de aprendizagem formal. Muito embora não seja o único material de que professores e alunos vão valer-se no processo de ensino e aprendizagem, ele pode ser decisivo para a qualidade do aprendizado resultante das atividades escolares.” (LAJOLO, 2016, p. 4)

Para Ferraro (2011) e Munakata (2012) o livro didático possui representações sociais e culturais, não sendo neutro, e, portanto, apresenta uma interpretação sobre as propostas

curriculares apresentadas. Ou seja, as políticas públicas educacionais, principalmente aquelas relacionadas ao currículo escolar, estão materializadas no livro didático, uma vez que tal livro é organizado e elaborado a partir de diretrizes educacionais.

Munakata (2012) considera, ainda, em suas pesquisas sobre a materialidade do livro didático, que é preciso considerar os processos de produção, circulação e consumo do livro didático, uma vez que o livro didático é, muito provavelmente, o principal produto mercadológico relacionado ao universo educacional. Na realidade, é importante considerarmos que, ao tratarmos de livro didático, nesta pesquisa, estamos considerando apenas os livros didáticos utilizados pelas escolas públicas, pois se formos considerar os sistemas apostilados, tal mercado seria potencialmente ampliado.

De acordo com Vahl, Peres (2014), o mercado de livros didáticos, graças à parceria com o setor público permitiu uma grande alavancada para as editoras, especialmente porque, em nosso país, esse setor privado da economia é, de certa maneira, regulado pelo setor público, uma vez que são instâncias públicas que determinam critérios próprios para organização, seleção e aquisição dos livros didáticos.

Silva (2012) alerta sobre efeito do uso massivo do livro didático:

O processo de fetichismo a que o livro didático foi consagrado em nossa cultura pode ser mensurado por meio das discussões acaloradas repercutidas na imprensa brasileira. Essa discussão fica restrita à qualidade e ao conteúdo dos livros adotados. Entretanto, as condições concretas sob as quais estes materiais são utilizados por professores e alunos não são alvo de discussões tão apaixonadas e acaloradas. Assim, a fetichização do livro didático parece ofuscar discussões significativas como o papel que ele desempenha e o que deveria desempenhar no ensino, como é e como poderia ser utilizado ou, ainda, as reais condições de formação, trabalho e de ensino/aprendizagem enfrentadas por professores e alunos no cotidiano das escolas brasileiras.” (SILVA, 2012, p. 817).

Ou seja, se por um lado surgem pesquisas e discussões acerca dos conteúdos veiculados pelos livros didáticos, por outro são, muitas vezes desconsideradas as reais condições de uso de tais livros, uma vez que, muitas vezes, os próprios professores não possuem formação para o uso do livro didático. Nesse sentido, é importante ressaltarmos que nossa pesquisa está intimamente relacionada à nossa formação: refletir sobre o livro didático e a utilização de tal material é também um processo de formação profissional, uma vez que nosso olhar sobre o livro didático tem sido alterado, a partir das reflexões efetivadas.

Os elementos problematizados demonstram os diversos campos de pesquisa relacionados ao livro didático e suas funções. Para Coppin (2004), em relação às funções do livro didático, podemos considerar quatro funções diferentes: referencial, instrumental,

ideológica cultural ou documental. O autor define a função referencial do livro didático da seguinte maneira:

Função referencial, também chamada de curricular ou programática, desde que existam programas de ensino: o livro didático é então apenas a fiel tradução do programa ou, quando se exerce o livre jogo da concorrência, uma de suas possíveis interpretações. Mas, em todo o caso, ele constitui o suporte privilegiado dos conteúdos educativos, o depositário dos conhecimentos, técnicas ou habilidades que um grupo social acredita que seja necessário transmitir às novas gerações.” (CHOPPIN, 2004, p. 552).

O livro didático pode interferir na qualidade do processo de ensino e aprendizagem, isto porque, como mostram os autores destacados, o material deve ser utilizado de maneira consultiva, mas a realidade escolar precisa ser prioritária para a construção do trabalho pedagógico, uma vez que necessita atender às especificidades regionais, problematizar as representações sociais e culturais, ciente de que não há neutralidade nas interpretações curriculares. Entretanto, para além das interpretações curriculares, é importante voltarmos nosso olhar para as políticas públicas para o livro didático, no Brasil, uma vez que o livro didático materializa as políticas educacionais, mas também o próprio livro didático tem sido objeto de políticas públicas, ao longo do tempo, no cenário brasileiro.

2.2. Políticas Públicas para o Livro Didático

O livro didático no Brasil possui sua história relacionada a uma sequência de decretos, leis e medidas governamentais que se sucedem: em 1929, o governo federal brasileiro cria um órgão específico para legislar sobre políticas do livro didático, o Instituto Nacional do Livro (INL), contribuindo para dar maior legitimação ao livro didático nacional e, conseqüentemente, auxiliando no aumento de sua produção.

Em 1938, por meio do Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938, nosso país institui a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), estabelecendo sua primeira política de legislação e controle de produção e circulação do livro didático. No primeiro e segundo artigos do Decreto temos a seguinte redação:

Art. 1º É livre, no país, a produção ou a importação de livros didáticos.

Art. 2º Para os efeitos da presente lei, são considerados livros didáticos os compêndios e os livros de leitura de classe.

§ 1º Compêndios são os livros que exponham, total ou parcialmente, a matéria das disciplinas constantes dos programas escolares.

§ 2º Livros de leitura de classe são os livros usados para leitura dos alunos em aula.

Ao analisarmos os primeiros artigos do decreto 1006/1938, percebe-se que a redação nos passa o significado do que é o Livro Didático e a sua funcionalidade dentro das escolas. Vale a penas ressaltar que, conforme o exposto nos artigos do decreto, os livros didáticos poderiam ser importados, compêndios e mesmo outros livros utilizados, pelos alunos, para a leitura, em sala de aula.

De acordo com a cronologia da história do Livro Didático, em 1945, publica-se o Decreto-Lei nº 8.460, de 26 de dezembro de 1945, consolidando o Decreto-Lei nº 1.006/1938, e passa a definir, de forma concisa, as condições de produção, importação e utilização do livro didático, restringindo ao professor a escolha do livro a ser utilizado pelos alunos, conforme definido no art. 5º.:

Art. 5º Os poderes públicos não poderão determinar a obrigatoriedade de adoção de um só livro ou de certos e determinados livros para cada grau ou ramo de ensino, nem estabelecer preferência entre os livros didáticos de uso autorizado, sendo livre aos professores de ensino primário, secundário, normal e profissional a escolha de livros para uso dos alunos, uma vez que constem da relação oficial das obras de uso autorizado.

Desde os primeiros decretos-leis fica esclarecido que o professor terá autonomia na escolha do livro que irá utilizar durante o ano letivo, desde que a obra esteja nos exemplares autorizados pela Comissão Nacional do Livro Didático. Tal ressalva destaca-se, confere autonomia limitada ao professor, uma vez que a escolha do livro didático está condicionada a obras autorizadas pela CNLD.

O Brasil busca parcerias para o desenvolvimento de política pública que contemple o livro didático e, em 1966, juntamente com a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), é criada a Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (COLTED), um acordo que, além de ter como objetivo a coordenação das ações que visavam à produção, edição e distribuição dos livros, teve como ponto chave recursos financeiros para garantir gratuitamente os mais de 51 milhões exemplares, durante 3 anos.

Na década de 1970, foi lançado pelo Ministério da Educação e Cultura e pelo COLTED o livro intitulado Utilização do Livro Didático.

Convencido o Governo Brasileiro da importância do livro e, em especial, do livro didático, como instrumento básico para melhorar o rendimento escolar, que é fundamento de uma verdadeira integração nacional, tornou-se imperativo que esse livro alcançasse os alunos em todo território brasileiro e possuísse características que, por seu conteúdo e apresentação, atendessem “ao desenvolvimento físico e social”. (BR, COLTED, 1970, p. 11).

Em 1971, não se tem mais o convênio MEC-USAID; ocorre a extinção da COLTED e, para que se tenha a produção dos livros didáticos, o INL passou a desenvolver o Programa do

Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF), assumindo as atribuições administrativas e de gerenciamento dos recursos financeiros.

Com o passar de cinco anos, mais precisamente no ano de 1976, o INL foi simplesmente extinto e entra em cena a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME); tal fundação passa a ser responsável pela execução do PLIDEF e, no mesmo ano, foi publicado o Decreto nº 77.107, de 04 de fevereiro de 1976, a partir do qual o governo passa a comprar os livros com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com as contribuições dos estados, mas esses recursos não foram suficientes e alguns alunos da rede pública ficaram sem livros didáticos. Assim, a alternativa foi excluir do programa uma parte das escolas municipais.

No ano de 1985, precisamente no dia 19 de agosto, é publicado o Decreto nº 91.542 que institui o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), vigente até os dias atuais. Esse Decreto traz grandes mudanças com relação aos outros decretos como: a escolha do livro didático pelos professores; o livro passa a ser reutilizado e, para tanto, houve o aperfeiçoamento das especificações técnicas para sua produção, visando a maior durabilidade e possibilitando a implantação de bancos de livros didáticos; ocorre, ainda, o aumento da oferta aos alunos de 1ª e 2ª séries das escolas públicas e comunitárias:

Art. 3º. Constitui requisito para o desenvolvimento do Programa, de que trata este Decreto, a adoção de livros reutilizáveis.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, deverá ser considerada a possibilidade da utilização dos livros nos anos subseqüentes à sua distribuição, bem como a qualidade técnica do material empregado e o seu acabamento.

§ 2º A reutilização deverá permitir progressiva constituição de bancos de livros didáticos, estimulando-se seu uso e conservação.

O novo PNLD, inicialmente, teve o Ensino Fundamental como prioridade, incluindo a alfabetização infantil. Com esse novo modelo, foi assegurado que cada aluno tivesse acesso a um exemplar de livros das seguintes disciplinas: Matemática, Língua Portuguesa, Geografia, Ciências e História; e para os alunos do primeiro ano, o Programa incluía, a mais, uma cartilha de alfabetização que seria utilizada, durante o ano letivo.

Para que a escolha do Livro Didático tivesse mais transparência, em seu processo, no ano de 1996, o PNLD começa a realizar a avaliação pedagógica dos livros inscritos junto ao Programa. Tais livros seriam usados no ano seguinte, e essa avaliação existe, até hoje, para detectar equívocos conceituais, indução a erros, desatualização, preconceito ou discriminação de qualquer espécie; esses fatores geram a exclusão das obras do Guia do Livro Didático e, assim, objetivam a garantia da qualidade dos livros didáticos.

O ano de 2000 fica marcado para a história com relação à distribuição efetivada pelo Programa, pois, a partir daquele ano, os Livros Didáticos passam a ser entregues no ano anterior, ou seja, todos os livros que seriam usados no ano de 2001 foram entregues nas escolas, até o dia 31 de dezembro de 2000.

Os professores de todas as escolas públicas passaram a receber o Guia do Livro Didático, a partir do qual escolhem os livros, depois de uma análise, com a indicação de duas opções de títulos por disciplina, pois se a primeira opção não for possível para a compra, prevalecerá a segunda opção. Vale lembrar que todos os professores que ministram a mesma disciplina na escola escolhem o mesmo título. O livro didático selecionado será utilizado durante os três anos subsequentes e o mesmo só poderá ser trocado no próximo PNLD.

Da mesma forma que livro didático tem, em nosso país, se pautado por políticas públicas que visam a ampliação do acesso à tal material, também vem se constituindo em um mercado bastante significativo. De tal forma, não podemos desconsiderar que o livro didático é um objeto de mercado e que tal mercado também é regulado por legislações específicas, ou seja, o livro didático também precisa obedecer à legislação vigente.

O processo de avaliação dos Livros Didáticos se inicia a partir do lançamento do edital que estabelece algumas regras e determina prazo para que as editoras possam apresentar as obras. Tais editais indicam os critérios que serão usados para a avaliação do material que, caso adequado, passa a compor o Guia do Livro Didático que será distribuído para as escolhas pelos professores de todo o Brasil. Os guias distribuídos contêm resenhas elaboradas pelos especialistas e tais guias são disponibilizados por meio digital, sempre no ano anterior de sua utilização, em sala de aula.

Os professores se reúnem e fazem as escolhas e, pela internet mesmo, por meio de uma senha fornecida pelo FNDE a todas as escolas que participam da escolha. Após esse processo, o FNDE firma o contrato com as editoras e informa os quantitativos e as localidades de entrega e, assim, as editoras dão início à produção dos livros, com supervisão dos técnicos do FNDE.

Nos processos de avaliações estabelecidos pelo Ministério da Educação, existem os critérios eliminatórios, os comuns para todas as obras, e os específicos de acordo com as disciplinas, itens indispensáveis de qualidade dos livros didáticos.

Todas as obras devem respeitar as legislações vigentes, as diretrizes e as normas existentes na educação brasileira para cada etapa do ensino. No Edital do PNLD (2012), para o Ensino Médio, tivemos as seguintes normas oficiais que regulamentaram:

(1) Constituição da República Federativa do Brasil.

- (2) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 10.639/2003, nº 11.274/2006, nº 11.525/2007 e nº 11.645/2008.
- (3) Estatuto da Criança e do Adolescente.
- (4) Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.
- (5) Resoluções e Pareceres do Conselho Nacional de Educação, em especial, o Parecer CEB nº15, de 04/07/2000, o Parecer CNE/CP nº 003, de 10/03/2004 e a Resolução CNE/CP nº 01 de 17/06/2004. (BRASIL/MEC, EDITAL PNLD 2012).

Em 2017, foi publicado o Decreto n. 9.099, de 18 de julho de 2017. Vale a pena destacar o Art. 2º e os objetivos ressaltados do PNLD:

- I - aprimorar o processo de ensino e aprendizagem nas escolas públicas de educação básica, com a consequente melhoria da qualidade da educação;
- II - garantir o padrão de qualidade do material de apoio à prática educativa utilizado nas escolas públicas de educação básica;
- III - democratizar o acesso às fontes de informação e cultura;
- IV - fomentar a leitura e o estímulo à atitude investigativa dos estudantes;
- V - apoiar a atualização, a autonomia e o desenvolvimento profissional do professor;
- e VI - apoiar a implementação da Base Nacional Comum Curricular.

No Art. 3º consta a seguinte redação com relação as diretrizes sobre o Livro Didático:

- I - o respeito ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;
- II - o respeito às diversidades sociais, culturais e regionais;
- III - o respeito à autonomia pedagógica das instituições de ensino;
- IV - o respeito à liberdade e o apreço à tolerância; e
- V - a garantia de isonomia, transparência e publicidade nos processos de aquisição das obras didáticas, pedagógicas e literárias.

As editoras, assim, passaram a seguir todos os critérios em suas obras para que pudessem participar dos Guias disponibilizados e, assim, poder firmar contratos e começarem a produção.

Em 16 de fevereiro de 2017, foi aprovada a lei nº 13.415, que programou o chamado “Novo Ensino Médio”. Tal legislação passou a nortear a última etapa da Educação Básica brasileira. Paralelamente à nova legislação, ainda estava em discussão às alterações que seriam implementadas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), uma vez que, em 22 de dezembro de 2017, o Conselho Nacional de Educação apresentou a Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017, que instituiu e passou a orientar a implantação da Base Nacional Comum Curricular.

É importante ressaltar que a última versão da BNCC foi apresentada apenas ao final de 2018. Dessa forma, o PNLD, uma política pública que foi constituída ao longo do tempo, passou a ter que considerar tanto o Novo Ensino Médio, quanto a BNCC. Dessa maneira, alguns critérios tão caros à elaboração dos livros didáticos, no Brasil, sofreram fortes impactos, ocasionados pelas novas legislações. A título de exemplificação, o edital de

convocação nº 03/2019 – CGPLI – destinado ao processo de inscrição e avaliação de obras didáticas, literárias e recursos digitais para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD 2021, ao seguir as alterações previstas nas legislações considera a elaboração de livros didáticos para os Projetos Integradores e os Projetos de Vida; e também indica:

2.2.20. Os autores das obras didáticas dos Projetos Integradores poderão ter qualquer formação em nível superior, com devida atestação em currículo lattes atualizado em até 6 meses anteriores à data da inscrição das obras.

2.2.21. No caso das obras de Projeto de Vida, não há necessidade de formação específica, apenas nível superior com devida atestação em currículo lattes atualizado em até 6 meses anteriores à data da inscrição das obras.

2.2.22. As obras didáticas de Projetos Integradores e de Projeto de Vida serão compostas por livros reutilizáveis e terão ciclo de quatro anos.

Ressaltamos, então, que, pelo próprio edital do PNLD 2021: não é necessária uma formação específica para os autores dos livros didáticos destinados aos Projetos Integradores e Projetos de Vida. Ou seja, uma pessoa, com qualquer formação em nível superior, poderá ser autora de tais livros didáticos. Tais alterações foram provocadas especialmente pelas novas legislações que passaram a vigorar, entre 2017 e 2018, quais sejam: o Novo Ensino Médio e a BNCC. Dessa forma, antes de tratarmos do PNLD 2021, convém apresentarmos algumas questões relacionadas a tais políticas públicas.

2.3. O Novo Ensino Médio e a BNCC

O texto final da reforma do Ensino Médio, que criou o Novo Ensino Médio (NEM), foi publicado no Diário Oficial da União em 17 de fevereiro de 2017, mas o novo modelo de ensino médio a ser implantado dependia da aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada apenas no final de 2018. O Novo Ensino Médio foi aprovado pelo Presidente da República da época Michel Miguel Elias Temer Lulia (Michel Temer) que sancionou a Lei N. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 (BRASIL, 2017) que:

Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. (BRASIL, 2017)

Na verdade, a Lei nº 13.415 foi estabelecida pela conversão da Medida Provisória nº 746/2016, o primeiro ato do então presidente Michel Temer, após assumir, definitivamente, a presidência do país. Uma das justificativas para que fosse estabelecida foi que o Ensino Médio necessitava de uma adequação urgente, especialmente na questão relacionada à “qualidade; de tal sorte, a Medida Provisória, depois convertida em lei, visava ao alinhamento do Ensino Médio brasileiro aos outros 20 países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Uma das principais mudanças com a Lei nº 13.415 (BRASIL, 2017), é no Art. 36, que versa sobre o currículo do Ensino Médio (e que começa a ser composto de acordo com a BNCC e pelos chamados Itinerários Formativos).

Para que fosse contemplado, o novo currículo teve a ampliação da carga horária, dessa forma o Ensino Médio teve o aumento progressivo para 1.400 horas anuais, assim as escolas da Educação Básica passariam a ser Educação em Tempo Integral.

A carga horária mínima anual de que trata o inciso I do caput deverá ser ampliada, de forma progressiva, no Ensino Médio, para mil e quatrocentas horas, devendo os sistemas de Ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017 (BRASIL, 2017).

No entanto, a ampliação da carga horária, não garante um ensino integral, de acordo com os princípios que norteiam tal concepção. Na verdade, o que se evidencia é a adoção de um ensino em tempo integral, ou seja, que mantenha o aluno, durante mais tempo, em sala de aula, ou no ambiente escolar. Há que se considerar, entretanto, que por questões socioeconômicas, boa parte dos jovens estudantes brasileiros, necessitam trabalhar e, por essa e outras questões, muitos são aqueles que não poderão permanecer em escolas de tempo integral. De acordo com Silva e Boutin (2018, p. 528)

Um dos pontos de grande discussão a respeito do Novo Ensino Médio é a ampliação de 800 para 1400 horas a carga horária anual a ser cumprida pelo aluno. Cabe pensar em quem é este aluno do ensino médio brasileiro. Levando em conta os problemas socioeconômicos dos usuários da escola pública, há de se considerar que muitos jovens, matriculados no ensino médio, contribuem para a renda familiar. Um aluno trabalhador dificilmente concluiria o curso nesse novo formato proposto.

Com a alteração, além do aumento da carga horária, as reformas relacionadas ao currículo foram uma proposta impactante. Uma parte deve ser destinada à aprovação no BNCC, carga horária máxima de 1.800 horas para conclusão do ensino médio, e outra parte para programas de estudos que o aluno escolhe de acordo com a importância e as oportunidades oferecidas pelos sistemas de ensino com cinco arranjos curriculares: I. – linguagens e suas tecnologias; II – Matemática e suas tecnologias; III – Ciências naturais e

suas tecnologias; IV – ciências humanas e sociais e V – educação técnica e profissional. Segundo os legisladores, o objetivo da nova estrutura curricular seria modernizar e adequar o NEM ao ENEM, que já era elaborado a partir de quatro grandes áreas. No entanto, a prioridade para a educação técnica e profissional passou a nortear, de maneira muito clara, as intenções do documento.

Com relação aos Itinerários Formativos alguns pesquisadores observam que eles não podem ser escolhidos apenas pelos alunos, porque há questões estruturais antes do processo seletivo, como por exemplo as estruturas físicas das escolas comportam todas as mudanças? Como os alunos poderão escolher algo a ser estudado, sendo que nem todos os recursos podem ser oferecidos? “A premissa de escolha, especialmente em escolas públicas, portanto, é uma ficção, que diante do déficit histórico e estrutural de recursos humanos e físicos nas escolas públicas, não é difícil prever” (CASTILHO, 2017, p. 05).

Outra questão que autores ficaram intrigados é a questão afirmada pela Lei 13.415 (BRASIL, 2017) de que apenas Português e Matemática são obrigatórios nos três anos do ensino médio, e que as demais disciplinas são tratadas de forma multidisciplinar, nesse caso Czernisz e Erram (2018) destacam que focar apenas nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, torna secundária às demais disciplinas das áreas comuns da base, assim não permite o protagonismo da juventude ou a expressão da cultura proposta pela própria BNCC.

De maneira sintética, podemos afirmar que há sérios equívocos em relação ao NEM, tais como: a ampliação de carga horária não garante um ensino integral, no máximo se aproxima de um ensino em tempo integral; as escolas brasileiras não possuem estruturas condizente para o atendimento de alunos em tempo integral, uma vez que as instalações contemplam, normalmente, espaços acadêmicos, mas não espaços elaborados para que os jovens possam permanecer, de maneira confortável, o dia todo nas escolas; a criação dos Itinerários não levou em consideração a formação docente, uma vez que os professores do NEM não receberam formação para incorporarem tais práticas em suas aulas; na realidade, os cursos superiores de formação docente sequer contemplam, em suas grades curriculares, espaços de formação para a atuação docente com os chamados Itinerários; não se leva em conta as questões socioeconômicas dos alunos do NEM, uma vez que boa parte desses alunos são alunos trabalhadores. Essas questões, embora delineadas brevemente, evidenciam para um fenômeno que já tem ocorrido e que, certamente, tem sido e será ainda mais agravado pela adoção de tal política: a evasão, no Ensino Médio, tende a aumentar.

No caso da BNCC, algumas críticas se concentram na rigidez e padronização curricular. Há preocupações sobre a falta de autonomia das escolas e dos professores na

elaboração de seus currículos. Além disso, a falta de clareza e objetividade em relação aos conteúdos a serem trabalhados pode gerar interpretações diferentes e dificultar a implementação da BNCC.

Outra crítica importante é a ausência de uma estratégia efetiva de formação continuada dos professores para a implementação da BNCC. A capacitação dos educadores é fundamental para que possam compreender e aplicar adequadamente os princípios e diretrizes propostos. Além disso, há preocupações sobre a falta de participação da comunidade escolar na elaboração da BNCC, incluindo professores, estudantes e pais. A falta de um diálogo efetivo pode comprometer a legitimidade e a aceitação das mudanças propostas.

Outras críticas se referem à falta de clareza em relação aos critérios e processos de avaliação da aprendizagem dos estudantes com base na BNCC, bem como à necessidade de maior articulação entre a BNCC e outras políticas educacionais, como formação de professores, infraestrutura escolar e investimento em educação.

É importante ressaltar que essas críticas não são consenso absoluto e existem diferentes perspectivas sobre o Novo Ensino Médio e a BNCC. No entanto, elas refletem preocupações legítimas sobre os impactos dessas mudanças no sistema educacional brasileiro.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil representa uma jornada complexa, marcada por adaptações e aprimoramentos ao longo do tempo. Essa trajetória reflete a busca incessante por um referencial que norteie a educação básica no país, respeitando a diversidade e promovendo uma formação integral. Em seu embrião, a BNCC remonta à Constituição de 1988, que estabeleceu a necessidade de definição de conteúdos mínimos para o ensino fundamental. No entanto, somente em 2010, com a Lei nº 12.796, a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos foi instituída, abrindo caminho para discussões mais aprofundadas sobre a necessidade de uma BNCC abrangente.

O ano de 2015 marca um marco significativo com o lançamento da primeira versão da BNCC para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Esse documento pioneiro buscou estabelecer as competências essenciais que todos os estudantes brasileiros deveriam desenvolver ao longo de sua formação, representando um esforço para uniformizar as práticas pedagógicas em todo o país. Entretanto, a BNCC passou por um processo contínuo de aprimoramento.

A segunda versão, apresentada em 2016, incorporou contribuições da sociedade e ajustes metodológicos, demonstrando uma preocupação em tornar o documento mais plural e alinhado às realidades regionais.

Em 2017, a terceira versão da BNCC foi lançada, ampliando sua abrangência para o Ensino Médio. Esse avanço representou uma resposta à necessidade de integrar de forma mais efetiva o currículo nessa etapa crucial da educação básica. A BNCC do Ensino Médio foi oficialmente homologada em 2018, consolidando os princípios de flexibilidade, protagonismo estudantil e integração entre áreas do conhecimento.

É importante ressaltar que a BNCC se baseia no chamado “ensino por competências”, algo que há muito tempo tem sido criticado e que é incorporado, pela BNCC, como algo novo. Conforme destacado por Silva (2019), uma ênfase na formação administrada em doses, em competências, pode resultar em uma educação instrumentalizada com um controle mais estrito. O aspecto histórico-cultural da formação humana não pode ser ignorada, deformação de uma e autonomia dos indivíduos.

Lopes (2019) traz à tona a preocupação sobre a flexibilidade curricular proposta pela BNCC no ensino médio, uma vez que considera a proposta, de certa maneira, restritiva, que visa ao controle ao induzir os estudantes pela busca de um projeto de vida por meio de metas pré-estabelecidas, dificultando a quebra da disciplinaridade.

Dourado e Oliveira (2018, p. 41-42) abordam questões cruciais, destacando a vinculação estreita entre a avaliação e o currículo em larga escala, tecnicista. Além disso, apontam para a ausência de diálogo com a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Educação Profissional e Tecnológica, comprometendo-se a visão integrada do sistema educacional. Para os autores:

De modo geral, a BNCC indica ainda: a) ênfase na regulação e controle do sistema educacional sobre o trabalho dos professores e das escolas, contribuindo, paradoxalmente, para secundarizar e/ou desqualificar o trabalho docente e para responsabilizar os professores pelo desempenho dos estudantes; b) entendimento restrito e conteudista da Base Nacional Curricular, visto como currículo único nacional com relação de conteúdos mínimos prescritivos (competências e habilidades); c) vinculação estreita entre currículo e avaliação em larga escala, configurando a centralidade nos resultados obtidos pelos estudantes nas provas nacionais de Português e Matemática, mais do que com os processos de formação; d) enfoque curricular tecnicista, centrado em objetivos de aprendizagem e aferição de aprendizagens baseadas em competências; e) ausência de articulação com as demais modalidades da educação nacional que compõe a Educação Básica, como a EJA e a Educação Profissional e Tecnológica; f) falta de articulação no tocante à concepção e diretrizes da Educação Básica, tendo em vista a construção de uma educação formadora do ser humano, cidadão, capaz de influir nos rumos políticos e econômicos do país, capaz de criar novos conhecimentos, de criar novas direções para o nosso futuro comum”. Dourado e Oliveira (p. 41-42)

Há que se considerar que as pessoas mais afetadas, inicialmente, tanto pelo Novo Ensino Médio, quanto pela BNCC são professores e alunos. Sem sombra de dúvidas, não

podemos desconsiderar as angústias dos professores que não receberam formação adequada para trabalhar com a perspectiva prevista pelas novas diretrizes, que sequer participaram, efetivamente, das discussões acerca da implementação das legislações, enfim, que ficaram à margem de todo o processo. Quanto aos estudantes, boa parte deles sequer entende as propostas que são efetivadas com base nos chamados Itinerários, que estão desanimados e que, muitas vezes, a única opção de resistência é a evasão escolar.

Nesse sentido, aliás, não podemos deixar de considerar algumas atitudes de alunos e professores do Ensino Médio como atitudes de resistência: a falta de envolvimento docente para a implementação e execução das ações previstas pelas novas legislações não deixa de ser uma espécie de resistência. Em relação aos alunos, essa resistência tem sido marcada pela evasão escolar. Os índices de evasão têm sido grandes em todas as etapas do ensino brasileiro, mas a evasão do Ensino Médio é tão grande que já obriga a adoção de política pública para a permanência dos alunos no Ensino Médio: a estudos para a implementação de bolsas para que os alunos concluam a última etapa da educação básica.

Muitos são os reflexos causados pelas novas políticas direcionadas ao Ensino Médio, no entanto, gostaríamos de destacar o reflexo em outras políticas educacionais, ou seja, o NEM e a BNCC também impactam outras políticas públicas, como o PNLD.

Essas reformas, ao introduzirem mudanças na estrutura curricular e nos objetivos pedagógicos, inevitavelmente influenciam o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). A BNCC, lançada em 2017, estabeleceu as competências e habilidades essenciais que os estudantes brasileiros devem adquirir ao longo da educação básica. Sua influência direta sobre o PNLD de 2021 é evidente, uma vez que as obras didáticas precisaram estar alinhadas com os princípios pedagógicos da BNCC.

O Novo Ensino Médio propôs uma estrutura curricular mais flexível, com ênfase em itinerários formativos que, em princípio, permitiriam aos estudantes escolherem áreas específicas de interesse. Essa mudança demandou novos materiais didáticos capazes de atender às necessidades de diferentes trajetórias educacionais. O PNLD de 2021, portanto, viu-se desafiado a incorporar essa variedade de demandas em sua seleção.

A avaliação das obras didáticas para inclusão no PNLD de 2021 considerou não apenas a qualidade e a adequação pedagógica, mas também a aderência à BNCC e a capacidade de atender aos objetivos propostos pelo Novo Ensino Médio. Esse processo exigiu uma nova análise das propostas dos livros didáticos, visando garantir sua conformidade com as novas diretrizes educacionais; na verdade, houve a necessidade de novos livros didáticos, especialmente porque deveriam se pautar nas novas exigências.

As mudanças no PNLD de 2021 geraram impactos significativos nas editoras e no mercado editorial. A necessidade de produção de novos materiais, alinhados com as reformas educacionais, demandou investimentos consideráveis por parte das editoras, ou mesmo adequações editoriais, pois o PNLD/2021 não tratou de obras didáticas de disciplinas específicas, mas de obras elaboradas para contemplarem os quatro eixos previstos na legislação. Além disso, a concorrência para atender aos requisitos do PNLD aumentou.

O alinhamento entre os livros didáticos do PNLD de 2021 às diretrizes da BNCC e os objetivos do Novo Ensino Médio impacta diretamente na prática pedagógica. A expectativa era que, ao utilizar materiais mais adequados e alinhados com as reformas, os professores pudessem ter um material de apoio, que os auxiliassem na implementação das mudanças propostas pelas alterações das legislações.

Assim, no próximo capítulo dessa dissertação, buscaremos, depois de traçar um breve histórico do PNLD para o Ensino Médio (algo que foi implementado aos poucos e bem recentemente), buscaremos evidenciar como a adoção do NEM e da BNCC impactaram na elaboração de um livro relacionado à área de “Linguagens e suas Tecnologias”.

3. A LITERATURA NO PNLD 2021: ANÁLISE DE UM LIVRO DIDÁTICO

Neste tópico pretendemos destacar o PNLD 2021, mais precisamente um livro didático, além é claro de destacarmos como a relação com a BNCC e com o Novo Ensino Médio interferiram tanto no PNLD 2021, como na própria organização do livro didático.

Ao tratar destes assuntos nos aprofundamos ainda mais nas mudanças que ocorreram nos últimos anos, em nosso sistema de ensino, o que nos faz ter uma maior noção de quão profundas foram essas mudanças e no quanto elas afetaram alguns setores da educação, principalmente no que tange a construção dos currículos do Ensino Médio atual, mas especialmente como as novas legislações impactaram na elaboração dos livros didáticos e, por conseguinte, afetaram alunos e professores.

3.1. O PNLD de Língua Portuguesa para o Ensino Médio

Neste item abordaremos o PNLD de Língua Portuguesa para os alunos do Ensino Médio que são distribuídos para as escolas públicas e para delimitar pesquisamos os PNLDs entre 2010/2021. Lembrando que nesse período tivemos quatro editais de PNLD para o Ensino Médio que são: 2012, 2015, 2018 e 2021.

O atendimento do Ensino Médio foi instituído progressivamente. Em 2004, seu primeiro ano de execução, foram adquiridos livros de Matemática e Português para os alunos do 1º ano do Norte e do Nordeste.

No ano de 2009 com a Resolução CD FNDE nº. 60, de 20/11/2009, o governo estabeleceu novas regras para participação no PNLD: a partir de 2010, as redes públicas de ensino e as escolas federais aderiram ao programa para receber os livros didáticos.

No primeiro PNLD direcionado especificamente para o Ensino Médio o PNLD 2012, o governo Federal lança o edital que é direcionado à aquisição e à distribuição integral de livros aos alunos do ensino médio que foi publicado no Diário Oficial da União de 04/12/2009 (o edital sempre é publicado com antecedência para que as editoras possam organizar as obras; assim, o edital para os livros que seriam distribuídos em 2012 foi lançado em dezembro de 2009), seção 3, página 60.

Neste edital tivemos alguns critérios comuns para todas as obras:

- (1) respeito à legislação, às diretrizes e às normas oficiais relativas ao ensino médio;
- (2) observância de princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano;

- (3) coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica assumida pela obra, no que diz respeito à proposta didático-pedagógica explicitada e aos objetivos visados;
- (4) correção e atualização de conceitos, informações e procedimentos;
- (5) observância das características e finalidades específicas do manual do professor e adequação da obra à linha pedagógica nela apresentada;
- (6) adequação da estrutura editorial e do projeto gráfico aos objetivos didático-pedagógicos da obra. (BRASIL/MEC, EDITAL PNLD 2012).

E todas as obras devem respeitar todas as legislações, as diretrizes e as normas existentes na Educação Brasileira para o Ensino Médio, no Edital do PNLD (2012) temos as seguintes normas oficiais que regulamentam:

- (1) Constituição da República Federativa do Brasil.
- (2) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 10.639/2003, nº 11.274/2006, nº 11.525/2007 e nº 11.645/2008.
- (3) Estatuto da Criança e do Adolescente.
- (4) Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.
- (5) Resoluções e Pareceres do Conselho Nacional de Educação, em especial, o Parecer CEB nº15, de 04/07/2000, o Parecer CNE/CP nº 003, de 10/03/2004 e a Resolução CNE/CP nº 01 de 17/06/2004. (BRASIL/MEC, EDITAL PNLD 2012).

Destacamos acima dois critérios eliminatórios comuns para todas as obras, sendo que são itens básicos para que as editoras se adequassem ao máximo, pois são itens que estão estabelecidos na Educação Brasileira.

No programa de 2012 na área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, foram avaliadas as disciplinas de Língua Portuguesa e Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol), podemos destacar no Edital do PNLD (2012):

Possibilitar aos alunos o conhecimento da diversidade de linguagens, das suas múltiplas funções, na constituição dos valores que animam as pessoas e os grupos sociais; possibilitar aos alunos o conhecimento das diversas estratégias presentes ao exercício dessas funções constitui uma iniciativa da maior importância, se temos em vista a predominância, para o mundo, de ideais de respeito, de tolerância, de justiça, de expansão da paz e da igualdade social. (BRASIL/MEC, EDITAL PNLD 2012).

Para que o aluno consiga adquirir este objetivo da área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias temos alguns pressupostos que admitem as linguagens como:

- (1) uma atividade funcional, destinada a cumprir, em qualquer situação, um objetivo, uma finalidade social, de maneira que nenhum exercício de linguagem é apenas a mera realização de um instrumento de comunicação;
- (2) uma atividade de interação, no sentido de que implica a participação conjunta de dois ou mais interlocutores, cada um, à sua maneira, empenhado na condução da

interação e, por isso, disposto a cooperar e alcançar o maior êxito interacional possível;

(3) uma atividade social, ligada às práticas convencionais de expressão dos valores culturais de todos os grupos, conforme as determinações espaço-temporais de cada evento e de cada cena de interlocução;

(4) uma atividade política, no sentido de que envolve o jogo social de criação e de consolidação dos valores, concepções e ideologias que marcam cada grupo social;

(5) uma atividade ‘em estado de permanente construção’, sujeita à flexibilidade e à própria heterogeneidade inerentes aos indivíduos e aos grupos sociais, de modo a se fazer e a se refazer em cada momento histórico;

(6) uma atividade historicamente ininterrupta e continuada, pois contém, em seus múltiplos sentidos e expressões, o discurso inteiro de todas as gerações precedentes;

(7) uma atividade eminentemente textual e discursiva, que somente se efetiva pela mediação da textualidade, nas suas diferentes expressões sonoras, visuais, gestuais, materializadas numa gama cada vez maior de códigos, tecnologias e representações simbólicas;

(8) uma forma de criação de objetos artísticos, destinados a promover o gosto e a apreciação estética própria de cada realidade cultural;

(9) um conjunto complexo de regularidades, que, mesmo sistemáticas, se subordinam às necessidades interativas dos sujeitos, em suas diferentes situações de atuação;

(10) uma prática de interação que, do ponto de vista verbal, se manifesta em diferentes línguas, cujo conhecimento possibilita o acesso do homem a valores culturais e históricos de diferentes regiões e culturas. (BRASIL/MEC, EDITAL PNLD 2012).

Espera-se que com esses pressupostos os alunos que terminam o Ensino Médio possam sair com conhecimentos além das normas gramaticais, mas sim a ampliação das competências comunicativas, pois com o incentivo à leitura, à escrita, à oralidade pública formal, à análise dos diferentes objetos textuais que circulam em também diferentes suportes.

E para que as obras tenham todos esses pressupostos o Ministério da Educação no Edital do PNLD (2012) exige alguns critérios eliminatórios específicos para o componente curricular de Língua Portuguesa.

Para o componente de Língua Portuguesa, será observado se a obra:

(1) apresenta uma coletânea de textos, de diversos tipos e gêneros, que revelem funções e registros de linguagem diversificados e que sejam representativos da cultura escrita destinada a adolescentes do ensino médio;

(2) traz textos de obras literárias de autores representativos da literatura de língua portuguesa e relacione a obra literária à cena histórica, cultural e política de sua produção;

(3) incentiva o contato dos alunos com textos multimodais, levando-os a articularem, em busca da apreensão de sentidos, sinais e recursos verbais e não verbais;

(4) favorece experiências significativas de leitura: pela seleção adequada dos temas; pela definição de objetivos significativos de leitura; pela ativação de estratégias cognitivas que conduzam o aluno para além da simples localização de informações explícitas; pela interação entre leitor-autor-texto; pela mobilização de conhecimentos prévios; pela exploração dos valores semântico-pragmáticos do vocabulário; pela inserção do texto em seus contextos histórico-sociais de produção; pela exploração dos recursos linguístico-textuais que promovem a construção da textualidade;

(5) incentiva a busca de informações em outros livros, suportes e materiais (como filmes, sites e outros recursos da internet etc.);

- (6) proporciona uma experiência produtiva de aprendizagem da escrita: pelo cuidado com a escolha pertinente dos temas; pelas oportunidades de planejamento, revisão e reescrita dos textos; pela definição de propósitos comunicativos claros e relevantes; pela indicação do gênero e do destinatário pretendidos; pela orientação dada quanto à construção da textualidade (seleção lexical, recursos de coesão e coerência, progressão temática, relevância argumentativa, intertextualidade, marcas da enunciação, adequação ao contexto de produção e circulação do texto);
- (7) oferece uma abordagem dos fatos e das categorias gramaticais na perspectiva de seu funcionamento comunicativo em experiências textuais e discursivas autênticas;
- (8) procura ampliar a competência do aluno para os usos dos diferentes gêneros orais, sobretudo daqueles de registros mais formais em contextos públicos de comunicação;
- (9) contempla, de forma articulada, os conteúdos pertinentes aos eixos do ensino de Língua Portuguesa, a saber: oralidade, leitura e escrita;
- (10) promove uma abordagem interdisciplinar e global dos conteúdos e das habilidades exploradas. (BRASIL/MEC, EDITAL PNLD 2012).

Entende-se que com esses critérios de avaliação das obras de Língua Portuguesa os alunos possam promover a convivência com diferentes linguagens, com diferentes modalidades de tipos e de textos, períodos, regiões, funções, de registros, promover a formação de um leitor crítico capaz de ir além da simples decodificação de sinais explícitos e desenvolver nos alunos habilidades em atividades de expressão oral e escrita, com diferentes objetivos comunicativos níveis de formalidade.

Para que todos esses critérios possam chegar até as partes interessadas que são os professores que escolherão as obras, o MEC tem o Guia de apresentação dessas obras. Neste caso os Guias é a regulação dos processos de produção e circulação dos LD em todo território do país. Essa forma de regulamentação podem ser identificados desde o século XIX de acordo com Bittencourt (2004).

Neste sentido o próprio Guia nos traz de forma simplificada os motivos pelas quais se organiza seus escritos dessa maneira. Assim, em suas palavras “Muitas das possibilidades e dos limites do ensino-aprendizagem em LP (sigla usada pela Língua Portuguesa), assim como das práticas de sala de aula, estão em jogo nesse momento. Portanto, todo cuidado é pouco” (Guia do PNLD, 2012, p.6).

No PNLD de 2015, lançado no Edital de convocação Nº 01/2013 – CGPLI, Diário Oficial da União de 16/01/2013 e no PNLD de 2018 lançado no Edital de Convocação Nº 04/2015 – CGPLI, no Diário Oficial da União de 02/02/15, os editais lançados são praticamente idênticos com relação aos critérios de avaliação das obras, não tem mudanças significativas.

Os Editais começam citando o artigo 35 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº 9.394/96), “O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
 II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
 III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
 IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.”
 (BRASIL/MEC, EDITAL PNLD 2015/2018).

Nos PNLDs de 2015 e 2018, os editais lançados são praticamente idênticos com relação aos critérios de avaliação das obras, não tem mudanças significativas, iremos abordar também os critérios de Língua Portuguesa. Nos dois editais são entre 7 e 8 critérios avaliativos eliminatórios comuns para todas as áreas são eles:

- (1) respeito à legislação, às diretrizes e às normas oficiais relativas ao ensino médio;
- (2) observância de princípios éticos necessários à construção da cidadania e ao convívio social republicano;
- (3) coerência e adequação da abordagem teórico-metodológica assumida pela obra no que diz respeito à proposta didático-pedagógica explicitada e aos objetivos visados;
- (4) respeito à perspectiva interdisciplinar na apresentação e abordagem dos conteúdos;
- (5) correção e atualização de conceitos, informações e procedimentos;
- (6) observância das características e finalidades específicas do manual do professor e adequação da obra à linha pedagógica nela apresentada;
- (7) adequação da estrutura editorial e do projeto gráfico aos objetivos didático-pedagógicos da obra;
- (8) pertinência e adequação do conteúdo multimídia ao projeto pedagógico e ao texto impresso. (BRASIL/MEC, EDITAL PNLD 2015).

A única diferença entre os critérios eliminatórios comuns entre os PNLDs é o oitavo critério exposto acima, o mesmo sendo retirado do edital do PNLD de 2018. Com relação as legislações, as diretrizes e as normas existentes na Educação Brasileira para o Ensino Médio, os editais são idênticos, ambos trazem os mesmos critérios.

Com relação aos critérios específicos de Língua Portuguesa, houve algumas mudanças com relação ao PNLD de 2012, os dois editais de 2015 e 2018 dividem os critérios em conjuntos de determinações específicas como: No tratamento didático dado ao ensino-aprendizagem da leitura e da escrita; As coleções didáticas de LP dirigidas para o ensino médio devem reservar à oralidade uma proposta de ensino-aprendizagem própria; No que diz respeito à reflexão sobre a língua e a linguagem, assim como à (re)construção de conhecimentos linguísticos correspondentes e finalmente, será preciso incorporar ao tratamento didático dado aos conteúdos desses quatro eixos de ensino a perspectiva

interdisciplinar decorrente da inserção de Língua Portuguesa na área de Linguagem Códigos e suas Tecnologias.

Destacaremos aqui os critérios avaliativos no quesito da perspectiva interdisciplinar, onde os conteúdos das coleções didáticas de Língua Portuguesa deverão conter:

- a. promover formas eficazes de articular o ensino e aprendizagem de leitura, escrita, práticas orais de produção e recepção, análise e reflexão sobre a língua e a linguagem;
- b. estabelecer relações pertinentes entre a língua (oral e escrita), diferentes linguagens não verbais e artes;
- c. discutir a formação linguística do Brasil e a história da língua portuguesa no País, relacionando-as à nossa história e ao quadro sociocultural contemporâneo. (BRASIL/MEC, EDITAL PNLD 2018).

No Edital do PNLD 2021 para o Ensino Médio, as propostas didáticas passaram a ser construídas com base na BNCC, conforme define o Decreto n. 9.099, de 18 de julho de 2017, com isso as coleções serão avaliadas por meio de projetos integradores e não mais por disciplinas, assim teremos quatro projetos integradores que são: Projetos Integradores da área de Linguagens e suas Tecnologias; Projetos Integradores da área de Matemática e suas Tecnologias; Projetos Integradores da área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Projetos Integradores da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Os critérios de avaliação dos Projetos Integradores da área de Linguagens e suas Tecnologias deverão conter alguns como:

1.1.1.2.2. No conjunto dos seis volumes da obra didática por área de conhecimento de Linguagens e suas Tecnologias, além de serem contempladas todas as competências e habilidades dessa área prescritas na BNCC, deve-se contemplar as habilidades de Língua Portuguesa relacionadas a todos os campos de atuação e as específicas do campo das práticas de estudo e pesquisa e do campo artístico-literário, tal como indicadas a seguir:

1.1.1.2.2.1. As 27 das 28 habilidades relacionadas às competências específicas da área de Linguagens e Tecnologias para o ensino médio (de EM13LGG101 a EM13LGG704), com exceção da habilidade EM13LGG403, referente ao ensino de inglês que será contemplada em material específico. (BRASIL/MEC, EDITAL PNLD 2021).

É importante salientar que mesmo tendo a mudança de coleções específicas de disciplinas para Projetos Integradores, o edital de 2021 continuou com os critérios de avaliação específicos como, por exemplo, os critérios eliminatórios da obra didática específica de Língua Portuguesa. Os 17 itens são requisitos na estruturação do volume único da obra.

Podemos destacar alguns itens:

1.1.2.1.2.1. Todas as habilidades específicas de Língua Portuguesa descritas na BNCC para o ensino médio devem ser incluídas na obra didática específica de Língua Portuguesa.

1.1.2.1.4. Assegurar o desenvolvimento, do ponto de vista da Língua Portuguesa, da análise crítica, criativa e propositiva da produção, circulação e recepção de textos de divulgação científica e de mídias sociais, considerando os elementos que constituem esses textos (em termos de gêneros discursivos) e procedimentos de leitura multimodal e inferencial.

1.1.2.1.15.1. A partir dessa perspectiva, deve-se aumentar o estudo da literatura produzida no Brasil nos séculos XX e XXI, valorizando os estudos de gêneros literários e de outros campos de atuação, bem como o estudo das relações intertextuais (e interdiscursivas). (BRASIL/MEC, EDITAL PNL D 2021).

Destacamos esses três itens, sendo que o primeiro ressalta a importância de as obras terem todas as habilidades específicas de Língua Portuguesa descritas na BNCC, homologada em 2018, nesse caso a BNCC privilegia o aporte do ensino nos critérios de competência e habilidades, que são a base geradora de elaboração do documento.

No segundo item avaliativo destaca a questão da circulação e recepção de textos de divulgação científica e de mídias sociais, não podemos esquecer que falamos de alunos que estão cursando a modalidade do Ensino Médio, adolescentes que passam muito tempo se relacionando em redes sociais.

E no último item avaliativo mencionado, se trata do aumento ao estudo de literatura produzida no Brasil nos séculos XX e XXI, o documento deixa explícito que a literatura é uma arte entre outras, por isso deve ser estudada em diálogo com as práticas de linguagem, das quais não se dissocia.

O objetivo principal da homologação da BNCC é para que os centros escolares da federação tenham uma base para a Educação Básica do Brasil, uma base que prevê os Objetivos de Aprendizagens e Desenvolvimento dos alunos matriculados em todos os cantos do país, e deve nortear a construção dos currículos das escolas públicas e privadas, seu papel é orientar a revisão e a elaboração dos currículos, sendo uma referência nacional obrigatória, mas não deve ser considerada currículo.

Nesse sentido a Base Nacional Comum Curricular deve ser:

Referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares, a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação. (BRASIL, 2018, p. 08).

A BNCC visa que os alunos deverão contemplar e desenvolver ao longo de sua jornada na educação básica estas 10 competências através dos currículos. Diante do exposto, cabe ao corpo pedagógico das Instituições, conhecer, estudar a BNCC e elaborar o currículo e suas propostas pedagógicas considerando suas realidades locais.

O Plano Nacional do Livro Didático de 2021 para o Ensino Médio foi lançado se adequando a BNCC em todos os aspectos, todos os Projetos Integradores da área de Linguagens e suas Tecnologias, da área de Matemática e suas Tecnologias, da área de Ciências da Natureza e suas Tecnologias, da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a novidade neste edital a obra Projeto de vida devem conter as 10 competências. Ressaltamos, assim, que livros destinados ao PNLD/2021 para o Ensino Médio não contemplarão disciplinas específicas, mas sim as áreas previstas pela BNCC.

Para confirmar o alinhamento do PNLD 2021 com a BNCC:

2.3.1.4.1. O conjunto dos seis volumes do livro do estudante deve abordar, de maneira equânime, todas as competências gerais, específicas e habilidades de cada área do conhecimento (com exceção de língua inglesa na área de linguagens e suas tecnologias). Ao se abordar as habilidades e as competências específicas, deve ser explicitada a devida articulação delas com as competências gerais, os temas contemporâneos e as culturas juvenis, conforme indicado pela BNCC.

2.3.1.4.2. Os volumes não devem ser sequenciais, considerando o crescente em termos de complexidade pedagógica. Cada volume deve ser autocontido no que se refere à progressão das abordagens das habilidades e das competências específicas, assim como da articulação com as competências gerais, com os temas contemporâneos e com as culturas juvenis, conforme indicado pela BNCC. (BRASIL/MEC, EDITAL PNLD 2021).

De acordo com o plano e as normas básicas de 2021, a definição de competência baseia-se nos direitos éticos, estéticos e políticos garantidos pelo currículo nacional e pelos padrões de conhecimento, que garantem as competências, atitudes e valores básicos da vida no novo século.

Como parte do projeto abrangente acolhe jovens, é necessário considerar que o treinamento disciplinar baseado em padrões pode permitir o desenvolvimento das 9 capacidades gerais mencionadas na biblioteca de currículos, e os seis projetos abrangentes são conhecimentos distribuídos em vários campos.

O edital resolve o problema de garantir o desenvolvimento na perspectiva da linguagem, focando na análise crítica, criativa e proposicional da produção da circulação e recepção de textos de comunicação científica e mídias sociais.

Habilidades e as competências gerais relacionadas à linguagem e suas tecnologias descritas na BNCC também está incluída no edital com integração com outras áreas, mais

especificamente com a área científica área ciências humanas e sociais aplicadas. Portanto, todos os aspectos da prática da pesquisa social passaram ser discutidas ao longo do volume.

O novo edital também aprofunda a interdisciplinaridade, que tem como sugestões para análise de textos de outras áreas do conhecimento como Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. O objetivo dessa medida é tornar a aprendizagem dos alunos mais clara. Em outras áreas, enquanto os alunos desenvolvem suas habilidades e identifiquem e superem as fraquezas em sua capacidade de debate e evite generalização, inconsistência, falta de dados e informações fontes não confiáveis.

3.2. A Literatura no Livro Didático “Interação Linguagens - Corporeidade: Somos corpos ou temos corpos”?

O Livro Didático “Corporeidade: Somos corpos ou temos corpos”? É um dos livros, dentre seis (que compõem a coleção da área de Linguagens e suas Tecnologias) aprovados pelo PNLD/2021 para compor o Guia para que os professores fizessem a escolha para fazer parte dos livros didáticos destinados aos alunos do Ensino Médio para o ano de 2023.



Algumas observações já merecem ser destacadas: apenas seis (06) livros didáticos foram aprovados, para serem utilizados; ou seja, não houve um grande número de obras

aprovadas, o que revela, por si só, que ou poucas obras foram submetidas à avaliação, ou poucas obras foram efetivamente aprovadas. De qualquer maneira, é importante frisar que autores e editoras estavam lidando com algo novo, com um conteúdo que nunca antes havia sido elaborado e que, dessa maneira, não se poderia esperar que tivessem experiência na elaboração desse material.

Observa-se que o título da capa, da Editora do Brasil, é “Interação linguagens corporeidade: somos corpos ou temos corpos?”. O título disposto na ficha catalográfica possui alteração, em relação ao título de capa; na ficha catalográfica aparece o seguinte título/subtítulo: “Interação: linguagens: somos corpos ou temos corpos?”. A utilização, marcada duas vezes na ficha catalográfica, de dois pontos (:), já é indício de pouco cuidado com a linguagem.

Vale a pena focalizarmos os autores responsáveis e suas respectivas formações: a coordenação da obra ficou a cargo de Maria Helena Webster (Graduada em Artes Plásticas, Especialista em História da Arte e “Autora de livros dirigidos aos professores de Educação Infantil); Mildred Sotero (Graduada em Educação Física, Mestre em Pedagogia do Movimento e “Formadora em cursos de educação continuada na rede pública e particular de São Paulo); Auber Bettinelli (“ Formado em Desenho Industrial com habilitação em Programação Visual “Ator e coautor de ações artísticas que mesclam teatro, artes visuais, literatura e educação em trabalhos coletivos”); Camila Carrascoza Bomfim (“Formada em Contrabaixo pela Faculdade de Artes Alcântara Machado”, Mestre e Doutora em Música pela UNESP); Camila Garcia Kleling (“Formada em Comunicação Social/Jornalismo pela PUC-RS, Mestre e Doutora em Comunicação Social pela mesma instituição); Renata Garcia Marques (“Graduada em Letras (Português) pela Unisinos, Mestre e doutora em Linguística Aplicada pela mesma instituição”); Stella Ramos (“Formada em Educação Artística pela UNICAMP é também “Desenvolvedora de materiais e jogos educativos para instituições culturais [...] Autora de disciplina sobre Artes Híbridas e Escola Contemporânea em curso de formação à distância para professores de Arte). Evidenciamos, assim, que o livro didático “Interação linguagens: somos corpos ou temos corpos?” possui sete (07) autores, conforme indicação da editora. Todos são apresentados com formação superior, conforme previa o edital, mas sobre o breve currículo apresentado pela editora, verificamos que nenhum dos autores já possuía experiência autoral com livros didáticos para o Ensino Médio: há indicações de que alguns deles já foram autores de livro didático voltado à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental.

Destacamos, portanto: as pessoas que figuram como autores da obra não possuem, conforme indicação da própria editora, experiência em autoria de livro didático para o Ensino Médio. É importante frisarmos, mais uma vez, que os livros didáticos aprovados para o PNLD 2021 não são livros de disciplinas específicas, mas elaborados para o atendimento das “áreas”, especialmente voltados à área de conhecimento “Linguagens e suas Tecnologias”. Nesse sentido, é interessante que destaquemos as áreas de conhecimentos e suas respectivas unidades curriculares contempladas por livros didáticos no PNLD 2021:

Áreas de Conhecimento	Unidades Curriculares
Matemática e suas Tecnologias	Matemática
Linguagens e suas Tecnologias	Língua Portuguesa
	Arte
	Educação Física
	Língua Inglesa
Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Biologia
	Física
	Química
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Filosofia
	Geografia
	História
	Sociologia

Podemos elaborar vários questionamentos acerca da divisão efetivada, pela BNCC, acerca das unidades curriculares que compõem as áreas de conhecimento, no entanto, efetivaremos apenas poucas observações: a) embora não haja nenhuma disciplina da área de “Ciências Sociais Aplicadas”, criou-se uma área de conhecimento que contempla “Ciências

Humanas e Sociais Aplicadas” – mais prudente seria que a área fosse “Ciências Humanas e Sociais”, no entanto, ao agregar as “Ciências Sociais Aplicadas” às “Ciências Humanas e Sociais”, abre-se a possibilidade de pessoas com formações na área das “Ciências Sociais Aplicadas” trabalharem com os chamados Itinerários, ou seja, profissionais que não possuem licenciatura e, assim, que não possuem formação para atuarem como professores, poderão, eventualmente, atuarem no Ensino Médio (algo que já começou a ocorrer). Assim, pessoas formadas em Direito, Economia, Contabilidade, Administração, Serviço Social, entre outras áreas, eventualmente, poderão atuar como professores no Ensino Médio. Tal abertura de possibilidade foi deliberadamente pensada, uma vez que os Itinerários são voltados para uma educação mais técnica, relacionada ao cotidiano dos alunos e visam conteúdos relacionados a empreendedorismo, educação financeira, mundo do trabalho, entre outros.

Outro aspecto em relação às unidades curriculares relacionadas às áreas de conhecimento que chama nossa atenção é o fato de “Educação Física” estar na área de “Linguagens e suas Tecnologias”. A área de Educação Física está vinculada à grande área de “Saúde”, mesmo considerando que a maioria dos cursos de Educação Física são licenciaturas, que sentido teria relacionar Educação Física a “Linguagens”? A própria BNCC pode nos auxiliara nessa elucidação:

É fundamental frisar que a Educação Física oferece uma série de possibilidades para enriquecer a experiência das crianças, jovens e adultos na Educação Básica, permitindo o acesso a um vasto universo cultural. Esse universo compreende saberes corporais, experiências estéticas, emotivas, lúdicas e agonistas, que se inscrevem, mas não se restringem, à racionalidade típica dos saberes científicos que, comumente, orienta as práticas pedagógicas na escola. Experimentar e analisar as diferentes formas de expressão que não se alicerçam apenas nessa racionalidade é uma das potencialidades desse componente na Educação Básica. Para além da vivência, a experiência efetiva das práticas corporais oportuniza aos alunos participar, de forma autônoma, em contextos de lazer e saúde.

Há três **elementos fundamentais comuns às práticas corporais**: movimento corporal como elemento essencial; organização interna (de maior ou menor grau), pautada por uma lógica específica; e produto cultural vinculado com o lazer/entretenimento e/ou o cuidado com o corpo e a saúde.

Portanto, entende-se que essas práticas corporais são aquelas realizadas fora das obrigações laborais, domésticas, higiênicas e religiosas, nas quais os sujeitos se envolvem em função de propósitos específicos, sem caráter instrumental. (BNCC, 2017)

A BNCC relaciona o componente curricular “Educação Física” a um “vasto universo cultural”, a “saberes corporais, experiências estéticas, emotivas, lúdicas e agonistas”. O vocábulo agonista está relacionado ao cuidado com o corpo, até mesmo à preparação militar na antiguidade grega e, portanto, relaciona-se, de fato, com a Educação Física. Assim, as “experiências estéticas”, nesse contexto, também se relacionam ao cuidado físico e não com as experiências estéticas artísticas; ou seja, banaliza-se o próprio conceito de estética. A

inclusão de Educação Física na área de Linguagens certamente é responsável pelo subtítulo do livro didático em questão: “corporeidade: somos corpos ou temos corpos?”. Provavelmente, se a Educação Física não fosse unidade curricular da área de Linguagens, o título do livro didático seria outro, assim como o seu próprio conteúdo.

O Livro Didático é composto de 160 páginas, dividido em **Introdução**: Ponto de partida – O corpo na Linguagem; e em **três unidades** sendo a primeira unidade: *Jogar para quê?* A segunda unidade: *Sobre o corpo*; e a terceira unidade: *Corpo e sentido*. Cada unidade possui três percursos. Dando sequência ao livro, têm-se os itens *Linha de chegada*; *Questões finais*; *Competências e habilidades da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)* e as *Referências*.

Na apresentação do livro para alunos os autores iniciam da seguinte forma:

Caros estudantes,
Escrever este livro foi um modo de pensar no seu futuro!
O Novo Ensino Médio apresenta uma série de desafios para estudantes de todo o Brasil e, com isso, grandes possibilidades de crescimento pessoal e coletivo.
(WEBSTER, 2020, p. 3)

Os autores com esse início usam o determinante “caros” no vocativo, isso nos remete que os estudantes são queridos pelos autores, logo mais já dizem o objetivo do livro: atender ao Novo Ensino Médio. A seguir temos uma imagem, apresentada pelo livro, de como será a realidade das escolas e da vida escolar com as mudanças:



Nas páginas 04 e 05 os autores apresentam o que os estudantes irão se deparar ao longo das páginas, de início sobre o Novo Ensino Médio e suas principais mudanças, a primeira grande mudança está nos agrupamentos por área. “O Ensino Médio vai trabalhar quatro itinerários formativos, relacionando às áreas do conhecimento e a formação técnico-profissional.” (WEBSTER, 2020)

No item “A área de Linguagens e suas Tecnologias” os autores apresentam o objetivo dessa área de conhecimento:

Linguagens e suas Tecnologias contribui para o desenvolvimento de sua autonomia criativa e expressiva, por meio de sensibilidade e racionalidade. Além disso, auxilia na compreensão e no desenvolvimento da cultura corporal de movimento, a partir do trabalho com corporeidade e motricidade. (WEBSTER, 2020, p. 4)

Observa-se nos objetivos da área de Linguagens e suas Tecnologias neste Livro Didático que não apresenta em nenhum momento algo direcionado a Literatura, pois de acordo Antonio Candido a todo o momento em seus escritos nos diz que a Literatura é humanizadora, assim ele afirma:

Entendo aqui por *humanização* (já que tenho falado tanto nela) o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. (CANDIDO, 2011, p. 182)

A leitura de textos literários permite que essa humanidade que não vive sem a presença da Literatura a oportunidade de se envolver com sentimentos como o prazer, a

emoção, isso ocorre de acordo com a organização do texto, sendo que exige do leitor uma habilidade e conhecimentos para desvendar o que o autor quer nos repassar.

Se os autores querem que os estudantes logo na apresentação tenham grandes possibilidades de crescimento pessoal e coletivo, por que não direcionaram com mais ênfase a Literatura no livro didático?

Na página 05, os autores do livro esclarecem aos estudantes o que é a BNCC e o principal objetivo que é “levar os estudantes a desenvolver competências gerais em todas as áreas do conhecimento, além de competências específicas e habilidades que dizem respeito a cada área”. (WEBSTER, 2020). Em seguida e finalizando esta parte de apresentação os autores apresentam a área de linguagens nos itinerários formativos, explicando que o estudante do Ensino Médio poderá escolher a área que quer desenvolver mais sua aprendizagem durante a sua vida escolar.

Nesse sentido se o estudante escolher nos três anos somente a área de Matemática e suas Tecnologias, onde estará o seu contato integral com a leitura e a literatura?

Zilberman (2012) relata que o acesso à leitura e ao conhecimento da literatura é um direito desse cidadão em formação, visto que a linguagem é o principal mediador entre o homem e o mundo. Se a escrita não é a única expressão da linguagem é a mais prestigiosa de que todos precisam para transitar livremente, livres de preconceitos e dificuldades. Abster uma pessoa dessa conexão com o universo da escrita e da leitura é criar meio-cidadãos ou não.

Seguindo com a análise, nas páginas 06 e 07 o Livro Didático descreve os objetivos e justificativas do volume, onde se dará ênfase em três seções: Ponto de partida – O corpo na linguagem, que tem como objetivo tratar do que está direta ou subliminarmente incluído nas relações entre corpo e movimento com o mundo que cerca os estudantes. Unidade 03 – Corpo e sentido/Percurso 03 – Saúde, literatura e corpo, com o objetivo de propiciar ao estudante formas integradas de leitura e de vivência de corporeidade expressas em práticas que envolvam principalmente linguagens de Arte, Língua Portuguesa e Educação Física, mas que tenham também participação de outras áreas do conhecimento escolar em seu cerne ou em suas formas de análise e/ou interpretação.

E a última seção de análise será a Linha de chegada, objetivando a Inter-relacionar as abordagens à corporeidade, por meio da reflexão e autopercepção da relação com o próprio corpo, na busca de diferentes profissões.

Ponto de partida – O corpo na linguagem

A infância e as lembranças

Que lembranças você tem de sua infância? Quais pessoas ou fatos marcaram essa fase de sua vida?

No livro *Os da minha rua*, o escritor angolano Ondjaki narra pequenas histórias da infância dele. Ao fazer isso, além de nos apresentar uma percepção sensível de suas experiências de vida, ele revela um retrato da cultura africana.

Hipertexto

Ondjaki

Ndalu de Almeida, mais conhecido como Ondjaki, nasceu em Angola, em 1977, é escritor, formado em Sociologia e Doutor em Estudos Africanos. Além de se dedicar à literatura, Ondjaki atua em teatro e artes plásticas. Já recebeu vários prêmios literários importantes, incluindo o Jabuti, no Brasil, pelo romance *AvóDezanove e o segredo do soviético* e o Prêmio Literário José Saramago, em Portugal, pelo romance *Os transparentes*. Morou no Brasil alguns anos, atualmente mora em Angola. O pseudônimo Ondjaki é uma palavra da língua umbundu, falada no sul de Angola, e significa “guerreiro”.

Escritor angolano Ondjaki durante palestra na 1ª Bienal Brasil do Livro e da Leitura, 2012.



O portão da casa da tia Rosa

para a tia Rosa, para o tio Chico

Só sei que eu nunca fui à creche. Tentaram durante uns dias, mas eu chorava o tempo todo. Quando tinha um ano e meio, já não chorava mais cedo, encontrava-me com os olhos bem inchados. Foi assim que aprendi a ficar na casa da tia Rosa. Passava lá as tardes com as filhas dela a ouvir os discos do Roberto Carlos. Ela era minha madrinha, mas para mim sempre foi a “tia Rosa”.

Anos depois, naquela tarde, os meus pais levaram-me à casa da tia Rosa. O meu pai conduzia distraído, mudando as estações do rádio conforme lhe apetecia. Eu olhava a cidade pela janela do carro, desde pequeno que eu gostava de fazer isso, ficar a olhar as pessoas na rua, o modo como se mexiam, como mexiam as mãos, ou como estavam vestidas, e imaginar a estória da vida dessas pessoas. A minha mãe ia calada, muito calada. Tão calada que eu pensei que ela estava triste.

O meu pai parou o carro e houve um silêncio estranho. Ninguém falou nada. Nem eu. Achei estranho não ter ali fora nenhum carro do tio Chico. O tio Chico era o marido da tia Rosa. O portão estava destrancado, e lá dentro, a gaiola enorme das rolas não tinha rolas.

A mãe saiu do carro, deu a volta, abriu-me a porta. Disse alguma coisa que uma certa tristeza já não deixou ouvir bem. Atravessei a rua com cuidado, empurrei o portão. Havia qualquer coisa apertada dentro do meu peito, e uma vontade de lágrimas nos meus olhos, mas eu nem sabia se podia falar. Também não entendia aquela vontade de chorar, mas achei que estava a entrar num lugar frio apesar do sol que fazia. A minha mãe ficou no portão. Eu entrei.

Cheguei perto das grades da gaiola. Prendi as mãos nos buraquinhos pequeninos e quase posso jurar que ouvi o barulho das rolas quando, ao fim da tarde, eu e a tia Rosa vínhamos lhes dar comida. Parece que elas adivinhavam, começavam a voar, a dançar, a brincar, a tia Rosa ria uma gargalhada pequenina que ela tinha sempre guardada só para mim, abria a porta, eu entrava lá para o meio da confusão. Distribuía comida, muito mais comida do que aquela que as rolas precisavam, e a tia Rosa deixava. A tia Rosa deixava-me fazer tudo. Outros mais velhos diziam que a tia Rosa me estragava com mimos, mas eu não sei nada disso. Ficávamos ali a brincar com as rolas, eu apanhava os ovos e entregava à tia Rosa. E, sem eu saber, estávamos também à espera que o tio Chico chegasse do trabalho.

A porta da gaiola fechava. As rolas ficavam mais calmas, como os bebês, quando comem: primeiro calam-se, depois adormecem devagarinho encostados na chucha das mããs. Só que as rolas não usavam fraldas, faziam cocó no chão da gaiola e era preciso cuidado quando se entrava ali. Depois ficávamos no portão. O portão aberto. Eu e a tia Rosa à espera do tio Chico. A tia Rosa, lembro-me muito bem, não dizia "tio Chico", ela sempre dizia "ti Chico". A mãe do João Valente podia passar e cumprimentar. Ou então outra senhora da rua de trás. Eu com vergonha encostava-me às pernas da tia Rosa. Ela ria de novo. "É muito envergonhado...", dizia, e me puxava mais contra ela. Lembro como se fosse agora: com a mão meio bruta meio lenta, ela coçava o meu cabelo. Só que a tia Rosa não sabia que me dava sono.

- Aí mesmo, tia, tenho comichão.

- Aqui?

Depois coçava já com as duas mãos, e depois começava a fingir que estava a procurar piolhos. Não há melhor coçadela de cabeça do que essa, quando parece que estão a procurar piolhos. Não tenho a certeza, mas acho que eu adormecia de pé. A mão da tia Rosa mergulhada nos meus cabelos - e as vozes delas a falarem por cima de mim. Até que o tio Chico chegava e entrávamos lá para o quintal.

Assim o Sol já tinha ido embora. As rolas adormeciam ou calavam-se. O tio Chico dizia para eu buscar um fino ali naquela torneira de parede onde saía [refrigerante]. O tio Chico gostava muito de [refrigerante] como todas as crianças gostavam de gasosa. A tia Rosa tinha posto um banquinho em baixo da torneira da [refrigerante] para eu chegar lá e tirar os finos.

- Ndalú..., vamos? - a minha mãe perguntou.

Eu tinha umas quantas lágrimas assim nos olhos, e tive vergonha que ela me perguntasse. Não sabia explicar nada. Olhei lá para dentro, na direção do quintal. Quase ouvi de novo a voz da tia Rosa chamar-me para jantar. Eu tinha que jantar cedo, pois os meus pais vinham-me buscar depois. Mas a minha mãe não perguntou nada. Tocou-me nas costas, muito devagarinho, como se tivesse cuidado para não me sacudir muito. Acho que ela percebeu que se me sacudisse muito podiam cair mais lágrimas.

Tive que sair. Não me apetecia sair dali, de uma das casas da minha infância de tantas brincadeiras. Mas não me apetecia estar ali sem a tia Rosa e sem o tio Chico. Olhei o pequeno lago quase na saída, e também não vi os cágados. Nem vozes, nem barulhos de vizinhança. Nada.

Quando a minha mãe fechou o portão, aquele barulho fez um estrondo bem maior. Eu já estava no carro e começaram a vir muitas lágrimas. Quando eu era tão criança eu não entendia mesmo as lágrimas. O portão ficou fechado. A gaiola das rolas toda aberta. As rolas deviam estar longe. Se calhar elas também não gostavam de estar mais naquela gaiola sem a tia Rosa para tomar conta delas.

A minha mãe não olhava para mim. O meu pai sintonizou o rádio numa estação que tocava, para as rolas, para a tia Rosa, para o tio Chico e para mim, uma música do Roberto Carlos: "por mais que eu faça, não adianta, você nem nota, minha existência; e os dias passam correndo, vou acabar te perdendo, e os dias passam correndo, vou acabar te perdendo..."

- No passado mais recente, o que aconteceu quando o narrador voltou à casa dos tios?
- Qual é o conflito central do conto lido?
Observe o quadro a seguir.

Passado remoto	Passado recente
<p>Passava lá a tarde com as filhas dela a ouvir os discos do Roberto Carlos. [...] quase posso jurar que ouvi o barulho das rolas [...] [...] começavam a voar, a dançar, a brincar, a tia Rosa ria uma gargalhada pequenina... [...] e as vozes delas a falarem por cima de mim.</p>	<p>Minha mãe ia calada, muito calada. [...] houve um silêncio estranho. Ninguém falou nada. Mas a minha mãe não perguntou nada. Nem vozes, nem barulhos da vizinhança. Nada.</p>

- Que efeito de sentido o uso de palavras e expressões que remetem ao sentido da **audição** gera no texto?

O gênero literário conto

O conto é um gênero literário caracterizado por ser uma narrativa que, em geral, se desenvolve em torno de um único conflito. Apresenta um número pequeno de personagens, que se movimentam em um cenário limitado. Em geral, a narrativa do conto é feita em uma dimensão temporal também reduzida. O tempo, nos contos, pode ser cronológico, quando os acontecimentos são marcados por horas, dias ou anos, ou pode ser psicológico, quando são narradas lembranças e acontecimentos não lineares. Assim como o romance e a crônica, o conto é um gênero literário que reflete um ponto de vista sobre determinado recorte da realidade.

- Que características do texto lido podem justificar sua classificação como **conto**?

Discutir e refletir – em uma roda de conversa com a turma, discuta a questão a seguir.

- A narrativa do conto *O portão da casa da tia Rosa* pode ter alguma analogia com a história de Angola? Por quê?

Produção de texto

Agora você escreverá um conto sobre sua infância para ser compilado em uma **antologia de contos da turma** que será compartilhada na biblioteca da escola ou no **blog** da turma.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL



Monkey Business Images/Shutterstock.com

Realização de produção de texto.

Preparação

Antes de começar a escrever, lembre sua infância: Que fatos foram marcantes? De que pessoa você se lembra em especial? Que lugar você costumava ir e lhe traz saudades hoje?

Faça um recorte dessas lembranças para determinar sobre o que você vai escrever. Pode ser um acontecimento alegre, engraçado, triste, angustiante...

Nesses trechos selecionados, observa-se a presença da literatura, mas não a literatura brasileira, mas sim a literatura de Angola, tem um texto chamado “O portão da casa da tia Rosa” uma história retirada do livro “Os da minha rua” do escritor angolano Ondjaki.

O que se pode observar é que este texto inserido neste livro não foi para que os estudantes estudassem a Literatura em si, mas para que verifiquem a diferença entre o português de Angola e o do Brasil. Tem questões sobre o texto que levam o estudante sobre narrativas e dentro das narrativas o gênero literário conto.

De acordo com as competências e habilidades da BNCC para essa seção a que mais se encaixa é:

EM13LP49: Perceber as peculiaridades estruturais e estilísticas de diferentes gêneros literários (a apreensão pessoal do cotidiano nas crônicas, a manifestação livre e subjetiva do eu lírico diante do mundo nos poemas, a múltipla perspectiva da vida humana e social dos romances, a dimensão política e social de textos da literatura marginal e da periferia etc.) para experimentar os diferentes ângulos de apreensão do indivíduo e do mundo pela literatura. (BNCC, 2017)

Sendo a competência e habilidade que se encaixa para esse trecho, pode-se verificar que não temos nenhuma crônica, nem mesmo um poema com a manifestação livre e subjetiva do eu lírico, romances e a dimensão política e social de textos da literatura marginal e da periferia, o que temos é um gênero literário chamado “Conto”.

Unidade 3 – Percurso 3: Saúde, literatura e corpo

Corpo e identidade na literatura brasileira

Naturalismo: a escrita do corpo

Leia os trechos a seguir, que apresentam descrições de duas diferentes personagens femininas da literatura brasileira: Aurélio Camargo, do livro *Senhora*, e Ana Rosa, de *O mulato*.

Há anos raiou no céu fluminense uma nova estrela.
Desde o momento de sua ascensão ninguém lhe disputou o cetro; foi proclamada a rainha dos salões. Tornou-se a deusa dos bailes; a musa dos poetas e o ídolo dos noivos em disponibilidade.
Era rica e formosa.
[...]

Quem não se recorda da Aurélio Camargo, que atravessou o firmamento da Corte como brilhante meteoro, e apagou-se de repente no meio do deslumbramento que produziu o seu fulgor?

ALENCAR, José de. *Senhora*. Disponível em: www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000011.pdf. Acesso em: 13 ago. 2020.

E crescera sempre bonita de formas. Tinha os olhos pretos e os cabelos castanhos de Mariana, e puxara ao pai as rizejas de corpo e os dentes fortes. Com a aproximação da puberdade apareceram-lhe caprichos românticos e fantasias poéticas: gostava dos passeios ao luar, das serenatas; arranhou ao lado do seu quarto um gabinete de estudo, uma bibliotecazinha de poetas e romancistas; tinha um Paulo e Virginia de biscuit sobre a estante e, escondido por detrás de um espelho, o retrato do Farol, que herdara de Mariana.

AZEVEDO, Aluísio. *O mulato*. MINISTÉRIO DA CULTURA, Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro. Disponível em: www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000166.pdf. Acesso em: 13 ago. 2020.

Após a leitura, compartilhe suas impressões com os colegas partindo das questões a seguir.

- Que diferença fundamental existe entre os dois trechos em relação ao modo pelo qual as personagens são retratadas?
- A que elementos a personagem do primeiro texto é comparada? A que elementos a personagem do segundo texto é relacionada?
- Qual das duas personagens é retratada com mais sensualidade? Qual delas é retratada de modo mais sério? Que palavras ou expressões levam a essa conclusão?
- Que características físicas e corporais são mais destacadas?

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DA EDITORA DO BRASIL

Na segunda metade do século XIX surgiu um novo movimento artístico e literário, iniciado na França, que se opunha ao Romantismo, estilo que predominava até então. Esse movimento ganhou o nome de Realismo e foi influenciado por teorias científicas da época, como o evolucionismo, o determinismo e o positivismo. Embora o Romantismo também tivesse se preocupado em produzir uma literatura nacionalista e que refletisse certos problemas da sociedade, foi no Realismo que as questões sociais da época ganharam registros mais contundentes na literatura.

Nessa mesma época surgiu também uma ramificação da estética realista: o **Naturalismo**. Bastante influenciado pelas teorias de Darwin e pelo determinismo, o movimento naturalista tinha como foco o indivíduo como um verdadeiro objeto de estudo cujas ações eram condicionadas pela genética e pelo meio social onde vivia. Na passagem do Romantismo para o Naturalismo, a mulher, figura antes idealizada pelos romancistas e poetas românticos, passou a ser representada não apenas por meio de suas virtudes mas também de seus defeitos, tanto físicos quanto psíquicos.

Um dos mais importantes romances naturalistas do mundo é *Germinal* (1885), do escritor francês Émile Zola. A narrativa se passa durante uma greve de carvoeiros. Para compor a obra, Zola passou dois meses vivenciando a rotina de um carvoeiro a fim de sentir no próprio corpo as privações do meio que descreveria no romance. Essa experiência voluntária de Zola representa a importância do determinismo para o naturalismo, segundo o qual há uma clara supremacia do meio sobre os indivíduos.



A.F. ARCHER/Arny Fotostock

Cena do filme *Germinal*, dirigido por Claude Berri. Adaptação cinematográfica do romance de Émile Zola de 1993.

Outro famoso romance de Zola, que também ganhou adaptação cinematográfica, é *Thérèse Raquin*. Leia, a seguir, um trecho do prefácio que o autor naturalista escreveu para esse livro.

Em *Thérèse Raquin*, eu quis estudar alguns temperamentos. Eis aí todo o livro. Escolhi personagens soberanamente dominados por seus nervos e sangue, desprovidos de livre-arbítrio, levados a cada ato de suas vidas pelas fatalidades da carne. Thérèse e Laurent são humanos brutos, nada mais. [...] Começa-se a compreender (espero-o) que meu objetivo foi acima de tudo um objetivo científico. Criadas minhas duas personagens, Thérèse e Laurent, dei-me com prazer a formular e a resolver certos problemas; assim, tentei explicar a estranha união que se pode produzir entre dois temperamentos diferentes e mostrei as perturbações profundas de uma natureza sanguínea em contato com uma natureza nervosa. [...] Fiz simplesmente em dois corpos vivos o trabalho analítico que os cirurgiões fariam em dois corpos mortos.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL

ZOLA, Émile. Prefácio da segunda edição de *Thérèse Raquin*, 1868. In: BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1994. p. 169.

Após a leitura, compartilhe suas impressões com os colegas a partir das questões a seguir.

- De que maneira o trecho lido pode ser um exemplo da estética naturalista?
- Qual é o ponto de vista do autor em relação aos personagens criados?



Gravação do filme *Thérèse Raquin*, dirigido por Marcel Carné, 1953.

Realismo: a escrita da mente

Como já vimos, na perspectiva naturalista o ser humano é um produto do meio social, e seu corpo se submete aos instintos e à hereditariedade. O **Realismo**, por sua vez, concentra-se no aspecto psicológico do indivíduo, rompendo decididamente com as idealizações românticas. Dessa forma, na perspectiva realista os personagens retratados passam por crises existenciais, são corruptos, adúlteros, fracos de caráter, vaidosos. Se o Naturalismo escora-se em conceitos da Biologia, como a teoria da evolução das espécies, elaborada por Charles Darwin em 1859, o Realismo interessa-se pela Psicologia, que dava passos importantes naquela época, pouco antes da publicação dos primeiros escritos de Sigmund Freud.

As principais características da estética realista são: narrativa lenta, principalmente em razão das muitas seqüências descritivas; aprofundamento do retrato psicológico dos personagens; linguagem direta e objetiva; temática urbana, cotidiana e social; crítica aos valores burgueses.

Como exemplo da narrativa realista, leia os primeiros capítulos de *Quincas Borba*, romance escrito em 1891 por Machado de Assis, considerado o maior representante do Realismo brasileiro. O romance conta a história de Rubião, um professor mineiro que herda repentinamente a fortuna de Quincas Borba, um filósofo que namorava sua irmã, também finada. A única contrapartida seria cuidar do cachorro do morto, que também se chamava Quincas Borba. O protagonista muda-se para o Rio de Janeiro, onde passa a conviver com a alta sociedade carioca e conhece Cristiano Palha, um rico investidor de poucos escrúpulos. Na capital federal, Rubião apaixona-se por Sofia Palha, e sposa do novo amigo. É nesse triângulo amoroso que o romance se desenrola.

CAPÍTULO PRIMEIRO

Rubião fitava a enseada — eram oito horas da manhã. Quem o visse, com os polegares metidos no cordão do chambre, à janela de uma grande casa de Botafogo, cuidaria que ele admirava aquele pedaço de água quieta; mas, em verdade, vos digo que pensava em outra coisa. Cotejava o passado com o presente. Que era, há um ano? Professor. Que é agora? Capitalista. Olha para si, para as chinelas (umas chinelas de Túnis, que lhe deu recente amigo, Cristiano Palha), para a casa, para o jardim, para a enseada, para os morros e para o céu; e tudo, desde as chinelas até o céu, tudo entra na mesma sensação de propriedade.

— Vejam como Deus escreve direito por linhas tortas, pensa ele. Se mana Piedade tem casado com Quincas Borba, apenas me daria uma esperança colateral. Não caso; ambos morreram. — Já não morrem assim, no modo que o que parecia uma desgraça...

CAPÍTULO I

Que abismo que há entre o espírito e o coração! O espírito do ex-professor, vexado daquele pensamento, arrepiou caminho, buscou outro assunto, uma canoa que ia passando; o coração, porém, deixou-se estar a bater de alegria. Que lhe importa a canoa nem o canoero, que os olhos de Rubião acompanham, arregalados? Ele, coração, vai dizendo que, uma vez que a mana Piedade tinha de morrer, foi bom que não casasse; podia vir um filho ou uma filha... — Bonita canoa! — Antes assim! — Como obedece bem aos remos do homem! — O certo é que eles estão no Céu!

ASSIS, Machado de. *Quincas Borba*. Disponível em: http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/item/download/14_7bbc6c42393beeac1fd963c16d935f40. Acesso em: 29 jun. 2020. p. 1-2

- Percebe-se nesse trecho um contraste entre o que sente e o que aparenta o personagem Rubião. Explique qual é esse contraste.
- De acordo com os pensamentos sobre a morte da irmã, que características psicológicas de Rubião podem ser inferidas pelo leitor?
- No trecho "O espírito do ex-professor, vexado daquele pensamento, arrepiou caminho, buscou outro assunto" pode-se apreender certo incômodo por parte de Rubião. Por que ele se sente incomodado?

- O que ele faz para escapar desse incômodo?
- De que maneira Rubião consegue desfazer esse incômodo em seu íntimo?
- Que características da estética realista podem ser percebidas nesse texto?
- Uma das características da obra de Machado de Assis é o estabelecimento de um diálogo direto entre o narrador e o leitor. Que trecho do texto lido exemplifica essa característica?
- Discuta com os colegas: De acordo com o texto, que diferença existe entre o espírito e o coração? Qual deles predomina na mente de Rubião? Você concorda que o ser humano é dividido entre essas duas forças? É possível que elas convivam harmonicamente?

Hipertexto

Ao vencedor, as batatas

Um dos trechos mais famosos e citados do livro *Quincas Borba* é aquele em que a filosofia do "Humanitismo" é explicada por Borba. Assim como esse personagem, sua tese aparece tanto nesse romance, quanto em *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Leia a seguir, um trecho do Capítulo VI.

Dáí o caráter conservador e benéfico da guerra. Supõe tu um campo de batatas e duas tribos famintas. As batatas apenas chegam para alimentar uma das tribos, que assim adquire forças para transpor a montanha e ir à outra vertente, onde há batatas em abundância; mas, se as duas tribos dividirem em paz as batatas do campo, não chegam a nutrir-se suficientemente e morrem de inanição. A paz nesse caso, é a destruição; a guerra é a conservação. Uma das tribos extermina a outra e recolhe os despojos. Dáí a alegria da vitória, os hinos, aclamações, recompensas públicas e todos os demais efeitos das ações bélicas. Se a guerra não fosse isso, tais demonstrações não chegariam a dar-se, pelo motivo real de que o homem só comemora e ama o que lhe é aprazível ou vantajoso, e pelo motivo racional de que nenhuma pessoa canoniza uma ação que virtualmente a destrói. Ao vencido, ódio ou compaixão; ao vencedor, as batatas.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Quincas Borba*. In: ASSIS, Machado de. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1886-1891. Disponível em: http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/item/download/14_7hbc6c42393beeac1fd963c16d9335f40. Acesso em: 29 jun. 2020. p. 1, 2.

A partir do momento em que aparece no romance, o Humanitismo acompanha Brás Cubas, adepto da filosofia do amigo, até o fim de *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Rubião, por outro lado, não consegue aceitar que a opinião do exterminado não é ouvida e considera o cunhado louco. O professor só passa a entender a expressão "ao vencedor, as batatas" quando está prestes a morrer, em sua cidade natal, após não conseguir vencer os m **MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DA EDITORA DO BRASIL** de grande, terminando a existência sem fortuna, sem identidade, sem sanidade **DA EDITORA DO BRASIL** "a alegria da vitória". Para a maioria dos críticos literários, a filosofia de *Quincas Borba*, além de ser uma sátira às teorias científicas da época, desnuda o caráter desumano e antiético da lei do mais forte, do mais esperto.



Marc Ferraz/Arquivo Instituto Moreira Salles

Imagem do Rio de Janeiro no final do século XIX, período em que o livro *Quincas Borba* foi publicado.

Quincas Borba e Brás Cubas: obras interligadas

Os leitores de Machado de Assis que acompanharam *Quincas Borba* no momento de seu lançamento tinham alguma familiaridade com o título. Isso porque o personagem Quincas Borba já havia aparecido dez anos antes, nas páginas de outro romance do autor: *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881). Amigo de infância do autor defunto, Borba tinha decaído de abastado para mendigo, mas, ao receber uma herança, tornou-se rico novamente. A ousadia de inserir o personagem de um romance em outro é mais um exemplo da genialidade de Machado de Assis. Leia, a seguir, um trecho do romance *Memórias póstumas de Brás Cubas* em que o personagem narrador reencontra o magnata Quincas Borba.

Alguns minutos depois vejo encaminhar-se para mim uma cara, que não me pareceu desconhecida. Conhecia-a, fosse donde fosse.

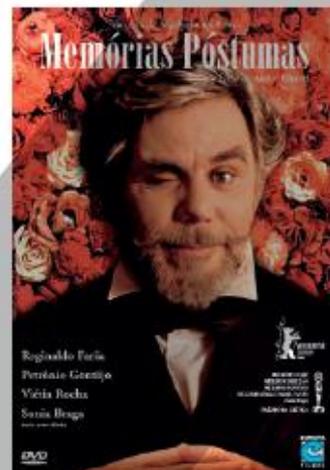
Imaginem um homem de trinta e oito a quarenta anos, alto, magro e pálido. As roupas, salvo o feitiço, pareciam ter escapado ao catifeiro de Babilônia; o chapéu era contemporâneo do de Gessler. Imaginem agora uma sobrecasaca, mais larga do que pediam as carnes — ou, literalmente, os ossos da pessoa; a cor preta ia cedendo o passo a um amarelo sem brilho; o pelo desaparecia aos poucos; dos oito primitivos botões restavam três. As calças, de brim pardo, tinham duas fortes joelheiras, enquanto as bainhas eram roídas pelo tacão de um botim sem misericórdia nem graça. Ao pescoço flutuavam as pontas de uma gravata de duas cores, ambas desmaiadas, apertando um colarinho de oito dias. Creio que trazia também colete, um colete de seda escura, roto a espaços, e desabotoado.

- Aposto que me não conhece, Sr. Dr. Cubas? disse ele.
- Não me lembra...
- Sou o Borba, o Quincas Borba.

Recuei espantado... Quem me dera agora o verbo solene de um Bossuet ou de Vieira, para contar tamanha desolação! Era o Quincas Borba, o gracioso menino de outro tempo, o meu companheiro de colégio, tão inteligente e abastado. Quincas Borba! Não; impossível; não pode ser. Não podia acabar de crer que essa figura esquelética, essa barba pintada de cinza, esse cabelo elhentado, que toda essa ruína fosse o Quincas Borba. Mas era... Os olhos tinham um resto da expressão de outro tempo, e o sorriso não perdera certo ar escarminho, que lhe era peculiar. Entretanto, ele suportava com firmeza o meu espanto. No fim de algum tempo arredei os olhos; se a figura repelia, a comparação acabrunhava.

ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Disponível em: http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/item/download/16_ff646a924421ea897f27cf6d21e6bb23. Acesso em: 29 jun. 2020. p. 65-66.

- O trecho lido traz uma descrição minuciosa de Quincas Borba. Que efeito no ritmo da narrativa é gerado por essa descrição?
- Qual é a importância dessa descrição na composição do personagem Quincas Borba?
- Que adjetivos são usados pelo personagem narrador para descrever o amigo em sua infância? Qual é o efeito de sentido do uso desses adjetivos?
- Na percepção do narrador, quais características de Quincas Borba que ele conhecera na infância permaneceram?
- Releia: "Quem me dera agora o verbo solene de um Bossuet ou de Vieira, para contar tamanha desolação!". Faça uma pesquisa sobre quem foi o Padre Antônio Vieira e responda: Por que o narrador deseja ter o verbo (ou seja, a capacidade de expressão) de Vieira?



Cartaz da adaptação de *Memórias póstumas de Brás Cubas* para o cinema, dirigida por André Klotzel.

Hipertexto

Machado internacional

Já em vida, Machado de Assis colhia os louros por sua obra marcante. O reconhecimento chegou antes de Machado envelhecer. Aos 50 anos, já era considerado o maior escritor brasileiro vivo e seus colegas o admiravam. Antes dos 60 anos, fundou a cadeira nº 23 da Academia Brasileira de Letras, da qual foi presidente por mais de dez anos. Toda essa aparente fama destoava da vida pacata e discreta que levou, mesmo ao assumir cargos no poder público e colaborar em veículos de imprensa, muitas vezes protegido por pseudônimos.



Machado de Assis ainda jovem.

Depois de sua morte, a passagem para o panteão dos autores brasileiros ocorreu naturalmente. Machado de Assis era respeitado até entre os escritores vanguardistas que agitariam o mundo das artes a partir dos anos 1920.



Signal Photo/Alamy/Forameta

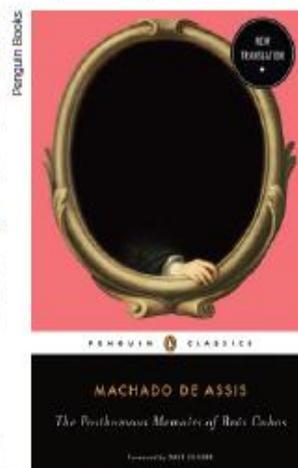
A fotografia do enterro do autor mostra a enorme quantidade de admiradores que ele tinha.

MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DA EDITORA DO BRASIL

Internacionalmente, no entanto, as coisas são um pouco diferentes. Em vida, Machado de Assis testemunhou apenas duas traduções em espanhol de sua obra: em 1902, os uruguaios conheciam *Memórias Póstumas de Brás Cubas*; enquanto os argentinos tomavam contato com *Esau e Jacó* um pouco depois, em 1905. De lá para cá, perto de uma centena de traduções já foram publicadas, mas o autor brasileiro ainda não é reconhecido internacionalmente como muitos especialistas garantem que ele merece. Um deles é o famoso crítico literário Harold Bloom, que posicionou Machado de Assis entre os 100 maiores gênios da literatura universal e "o maior literato negro surgido até o presente" (BLOOM, Harold. *Gênio: os 100 autores mais criativos da história da literatura*. São Paulo: Objetiva. p. 687).

Atualmente, um novo boom ocorreu em 2020 com o lançamento de nova tradução de *Memórias póstumas de Brás Cubas* em inglês. A primeira tiragem do volume esgotou no dia de seu lançamento. Esse fenômeno reacende a esperança de que esse autor brasileiro alcance o reconhecimento internacional.

Memórias póstumas de Brás Cubas traduzido para a língua inglesa e publicado pela Penguin Classics.



Nesses trechos retirados da unidade 3 – percurso 3, tem-se a presença da nossa literatura brasileira, relacionado o período literário Naturalismo com a escrita do corpo, inicia-se com trechos de descrições de duas diferentes personagens femininas da literatura brasileira: Aurélia Camargo, do livro *Senhora*, e Ana Rosa, de *O mulato*. Logo abaixo temos um pequeno quadro descrevendo sobre ao aparecimento do Naturalismo no mundo e no Brasil.

Na página 131 do livro a imagem de uma cena do filme *Germinal* (1993), dirigido por Claude Berri uma adaptação cinematográfica do romance de Émile Zola, após essa cena apresentam-se questões que levam ao estudo da estética do período Naturalista. Em seguida na página 135 o Realismo aparece, uma explicação de suas principais características e seus principais livros e autores estrangeiros e brasileiros, como por exemplo, os primeiros escritos de Sigmund Freud, *Quincas Borba* e *Memórias póstumas de Brás Cubas* de Machado de Assis, obras interligadas pela genialidade do autor.

Nesta seção pode-se analisar que os autores do Livro Didático apresentam aos estudantes autores de um período literário, obras que podem levar os leitores a um mundo diferente dos que estão inseridos.

Zilberman (2012) em suas palavras diz que a leitura é uma habilidade exclusivamente humana, existe na história e envolve a aceitação de cartas como forma de comunicação e aceitação da escola como instituição responsável pela aprendizagem. Desse modo a literatura tem essa função social.

A leitura de textos literários dá a essa natureza humana, que não vive sem a presença da literatura, a oportunidade de se envolver com emoções como a alegria. Isso acontece de acordo com a composição do texto, assim o leitor terá habilidade e conhecimento para desvendá-lo.

Candido (2011) alerta que a literatura não é meramente acidental na sociedade, é uma poderosa ferramenta instrucional e educacional, é uma prova de seu imenso poder humano. O sociólogo e crítico literário considerava a importância da literatura tão grande que via a literatura como um dos direitos humanos inalienáveis, estendendo-se a todas as pessoas, não apenas a uma pequena parte da sociedade - a classe "privilegiada".

LINHA DE CHEGADA

Seu corpo, sua profissão!

Chegamos ao fim de uma caminhada longa e cheia de descobertas!

Estudamos a coordenação motora fina e grossa, motricidade geral, representações do corpo, relações entre corpo e ações motoras explícitas e subliminares e, com base em tudo isso, conversamos bastante sobre as representações das práticas corporais e de seus praticantes. Por fim, vimos um corpo que é ação, motivação, sensação e emoção!

Compreendemos que muitas ações e emoções traduzem-se em expressões corporais que atuam quando pensamos, lemos, corremos, saltamos ou interpretamos.

Nessa caminhada nos deparamos com inúmeras profissões que lidam com o corpo, o gesto ou a ação motora, mesmo que um profissional se movimente mais ou menos que o outro.

Agora, chegou sua vez de mostrar à sua comunidade escolar não só parte das suas descobertas sobre o alcance das ações corporais e do próprio corpo como também ações que serão conhecidas ou inéditas para a comunidade. Você e sua turma organizarão uma Feira das Profissões. As profissões destacadas serão abordadas de acordo com a ação motora envolvida em cada nicho profissional (eixos temáticos). Em vez de nos perguntarmos o que o profissional faz, veremos o tipo de movimentação que ele precisa fazer para trabalhar.

Organizar os nichos profissionais

Antes de delimitar o público-alvo ou de definir e distribuir tarefas, será preciso organizar o conteúdo ou assunto do evento. Para que uma gama grande de profissões seja apresentada à comunidade, sugerimos que você pense em profissões das grandes áreas gerais, que são: Linguagens, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Matemática.

No decorrer deste livro, você se deparou com diversas profissões da área de Linguagens. Destacamos aqui algumas dessas profissões e sua atividade como sugestão para você iniciar o trabalho.

- Esporte, Educação Física, Práticas Corporais: atleta, técnico, professor, *personal trainer*, dirigente.
- Música: apresentação, composição e gravação.
- Dança: criação e apresentações.
- Teatro: criação, direção, cenografia, iluminação.
- Circo e seus integrantes.
- Artes visuais
- Literatura e
- Tecnologias digitais.
- Propaganda e Marketing.



Esporte: atleta, técnico desportivo, professor de Educação Física, dirigente esportivo, *personal trainer*, preparador físico, jornalista esportivo, desenvolvedor de material esportivo.



Danças regionais: dançarino, ator, iluminador, coreógrafo, figurinista, fotógrafo e cenógrafo.



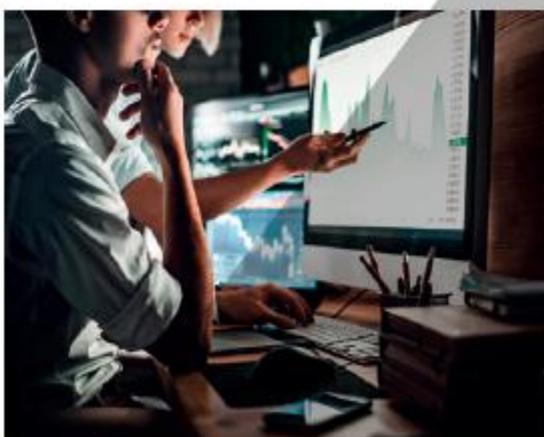
Photographesof/Shutterstock.com

Terapias ocupacionais: quiroprata, massoterapeuta, fisioterapeuta, esteticista, educador físico.



PhotoHaley/Shutterstock.com

Artes visuais: artista plástico, cenógrafo, ilustrador, cartunista, aquarelista.



G-Stock Studio/Shutterstock.com

Tecnologias digitais: programador, publicitário, criador de game, criador de conteúdo virtual, analista de dados, editor de foto e vídeo.

**MATERIAL DE DIVULGAÇÃO
DA EDITORA DO BRASIL**

Professor, profissão que atua em todas as áreas do conhecimento.



Delim Martins/Pulsar Imagens

A primeira providência é, em cada área, desmembrar essa lista em diversas profissões e, para cada uma delas, elencar diferentes campos de atuação para seus profissionais. Depois, em grupo, descrevam o que esses profissionais fazem e as ações corporais necessárias ao exercício dessas profissões. Escolham aquelas pelas quais sua comunidade escolar se interessa mais como também aquelas que você e seu grupo não querem deixar de fora do evento.

Lembrem-se de que, principalmente na área Tecnológica digital, há várias profissões que muitas pessoas desconhecem. Elas envolvem conhecimento e ações em várias áreas. Por isso, também, esse levantamento será mais abrangente se realizado coletivamente e com abordagem ampla.

O que se encontra nesta seção é a parte que em que são apresentadas diversas profissões da área de Linguagens, onde os autores destacam algumas profissões e suas atividades como sugestão., neste caso, dedicada os itinerários formativos.

Em linhas gerais, se há algum tempo preocupava-nos a utilização da Literatura para o ensino de Língua Portuguesa, com exercícios que pouco considerava a produção literária, efetivamente, e mais os aspectos linguísticos, agora, podemos observar que o caráter utilitarista ainda prevalece, só que de maneira pior: a Literatura passa a figurar com fins utilitários, relacionados ao cotidiano das pessoas, e não como uma arte, capaz de formar e humanizar de maneira distinta, sem um objetivo específico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao falar sobre Literatura, é fundamental compreender seus conceitos e sua posição dentro do ensino, sua função na escola e na sociedade, assim como o ensino de leitura e a prática da leitura literária, considerando seus contextos e as formas como o texto literário é abordado no ambiente escolar.

A Literatura desempenha uma função social crucial que deve ser levada a sério. Através da leitura, é possível que os alunos aprendam muito, mas não necessariamente com uma finalidade específica, ou seja, a formação propiciada pela Literatura não é uma formação que seja destinada a formar para algo. O que se percebe, infelizmente, é que muitas pessoas ainda veem, na Literatura, a possibilidade de formação destinada a finalidades.

Também é importante considerar o ensino da Literatura e a relação desta com a leitura literária, observando como é abordada nas redes de ensino municipal e estadual. Deve-se analisar como é percebida e tratada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), quais competências e habilidades são enfatizadas e de que maneira são trabalhadas.

Este trabalho abordou diversos pontos referentes à Literatura, realizando uma análise detalhada sobre o tema, incluindo sua definição, função social, ensino e leitura literária, o seu papel no Ensino Médio, o uso do livro didático e questões relacionadas a políticas públicas.

Em relação ao livro didático, foi explorado o conceito, as políticas envolvendo-o, como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de Língua Portuguesa e o Ensino Médio. Também foi feita uma análise do PNLD 2021 e da BNCC, observando como a Literatura foi tratada em ambos os contextos e como foram estruturados.

Além disso, ao analisar o processo de seleção do livro didático e sua utilização, percebemos as mudanças ocorridas ao longo do tempo e alguns “métodos” empregados para o ensino dessa disciplina.

Atualmente, a Literatura, segundo as diretrizes da BNCC, faz parte da área de Linguagens e suas Tecnologias, inserida no componente curricular Língua Portuguesa, representando uma mudança significativa para o ensino da leitura do texto literário. Este trabalho também analisou as políticas públicas essenciais na área da educação e como têm sido implementadas ao longo das décadas.

Essas políticas estão diretamente relacionadas ao livro didático e à sua produção para uso dos alunos, o que resulta na inserção do conteúdo de Literatura entre os textos de Língua Portuguesa, agora, deslocando ainda mais o texto literário com finalidades específicas. Caberá

ao professor organizar e trabalhar os conteúdos adequadamente para garantir que os alunos tenham contato com a Literatura e a leitura literária. Dessa forma, como o livro didático é uma espécie de organizador curricular, precisamos ressaltar que os professores terão ainda mais dificuldade de dedicarem tempo ao ensino da leitura literária.

A Literatura pode de certa forma, estar associada às artes plásticas, oferecendo uma leitura distinta do mundo e das representações sociais. A habilidade de interpretar uma obra de arte e compreender a mensagem que o pintor deseja transmitir está conectada à capacidade de leitura desenvolvida ao longo do tempo, algo observado em grandes pintores que uniram ambas as áreas de forma magnífica e exclusiva. Mas relacionar a Literatura à Educação Física, parece-nos algo bastante forçado.

Na realidade, o que se observa é que o Novo Ensino Médio e a BNCC foram políticas oficiais instituídas sem a devida participação de professores da Educação Básica, pais e alunos. Tais políticas, foram instituídas e estão em fase de consolidação para o atendimento de determinados setores de nossa sociedade, particularmente relacionados ao mundo do trabalho. Dessa maneira, evidencia-se que a formação proposta pelo Novo Ensino Médio e pela BNCC se trata de uma formação que obedece o capital, que certamente culmina num retrocesso por privilegiar aspectos técnicos e formação de mão de obra, em última instância, formação de mão de obra sem especialização e, portanto, barata.

Ressaltamos que a adoção do Novo Ensino Médio e da BNCC tem impactado no cotidiano escolar, particularmente, tem impactado professores e alunos. No entanto, também tem impactado em outras políticas públicas, como é o caso do PNLD. O que se observa, em relação ao PNLD 2021, é que os livros didáticos passaram a contemplar as áreas de conhecimento, mesclando componentes curriculares, ou seja, não foram livros elaborados para disciplinas específicas.

Nesse sentido, muitos professores tem se perguntado quando receberão novos livros didáticos, que contemplem conhecimentos específicos dos componentes curriculares (disciplinas). Até o momento, tudo indica que o PNLD será afetado de maneira drástica: aponta-se para o fato de que os livros didáticos das disciplinas específicas deixarão de ser ofertados a professores e alunos. Assim, se há algum tempo muitos se dedicavam ao estudo do livro didático, apontando falhas, possibilidades de melhorias, analisando conteúdos, agora, a preocupação em relação aos livros didáticos oferecidos pelo PNLD é outra: a descaracterização do livro didático provocada pelas novas políticas públicas, NEM e BNCC, provoca a indagação de como utilizar esse livro novo, organizado por tais parâmetros.

O que se tem observado, empiricamente, é que os professores, de maneira geral, estão optando por não utilizarem os novos livros didáticos. No entanto, é importante destacarmos que, por conta de questões econômicas e comerciais, certamente serão mantidas as edições de livros didáticos pautadas nas novas políticas públicas, de tal sorte que editoras não sejam prejudicadas. O prejuízo, mais uma vez, ficará a cargo de professores e alunos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, J. A. **Didática do Texto Literário**: Reflexões e Propostas. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). Educação e Pesquisa. São Paulo: Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. Acesso em: 19 fevereiro. 2023.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. 3ª versão revista. Brasília, MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 28 Junho 2022.

BRASIL. - LEI N.º 13.415, de 16 de Fevereiro de 2017- Diário Oficial da União - Seção 1 - 17/2/2017, Página 1 (Publicação Original). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/113415.htm - Acesso em: 25 Fevereiro 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm - Acesso em: 30 Junho 2021.

BRASIL. Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=668&id=12391&option=com_content&view=article - Acesso em: 23 junho 2021.

BRASIL. Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). 2018. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/consultas/editais-programas-livro/item/7932-pnld-2018> - Acesso em 23 julho 2021.

BRASIL. Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). 2015. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/consultas/editais-programas-livro/item/4032-pnld-2015> - Acesso em 22 de julho 2021.

BRASIL. **Resolução CD FNDE nº. 60, de 20/11/2009** <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3369-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-60-de-20-de-novembro-de-2009> Acesso em 21 julho 2021.

BRASIL. **Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). 2021**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/component/k2/item/518-hist%C3%B3rico> .Acesso em: 18 julho 2021.

BRASIL. Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985. Institui o Programa Nacional do Livro Didático, dispõe sobre sua execução e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 20 de ago. de 1985. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=91542&ano=1985&ato=flaUzYU5EMBPWT2c0> . Acesso em: 30 junho 2022.

CANDIDO, Antonio. **O direito à literatura**. In: _____. Vários Escritos. 5 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul/ São Paulo: Duas Cidades, 2011.

CANDIDO, Antonio. **A literatura e a formação do homem**. *Ciência e Cultura*. 24 (9): 803-809, set, 1972.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

CASTILHO, Denis. Reforma do Ensino Médio: desmonte na educação e inércia do enfrentamento retórico.

Pragmatismo político, 2017. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/02/reforma-do-ensino-medio-desmonte-educacao-inercia.html> - Acesso em: 11 janeiro. 2023.

CHOPPIN, Alain. **História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte**. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, Dec. 2004. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022004000300012&lng=en&nrm=iso>. access on 22 Oct. 2023. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022004000300012>.

COLOMER, Teresa. **Andar entre livros: a leitura literária na escola**. Trad. Laura Sandroni. São Paulo: Global, 2007.

CZERNISZ, E. C. S; ERRAM, C. Reformar o ensino médio? Impasses e desafios presentes na proposta da lei 13415/2017. **Nuances: estudos sobre Educação**. Presidente Prudente-SP, v. 29, n.3, p.135-147, Set./Dez., 2018.

FERRARO, J. R. **A produção dos livros didáticos: uma reflexão sobre imagem, texto e autoria**. *Cadernos do CEOM - Ano 25, n. 34*, 2012.

FREITAG, Barbara et alii. **O estado da arte do livro didático no Brasil**. Brasília, INEP/REDC, 1987.

GEBARA, Ana. **Práxis Libertadora e Educação Popular**. Editora Vozes, 1999.

JOBIM, J. **Por que Ler os Clássicos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

LAJOLO, Marisa. **O que é literatura**. São Paulo: Brasiliense, 1981 (Col. Primeiros Passos).

LAJOLO, M. **Livro didático: um (quase) manual de usuário**. Em *Aberto*, Brasília, ano 16, nº 69, jan/mar, 1996.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Editora Unicamp, 1994.

LIMA, Luiz Costa. **A literatura e o leitor: textos de estética da recepção**. Paz e Terra, 1991.

MAGNANI, J. G. C. "O Leitor" In: **A Cena Decifrável**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

MARTINS, M. A.; VERSIANI, Z. **A Escola, a Literatura e o Desafio do Leitor**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MUNAKATA, Kazumi. **O livro didático: alguns temas de pesquisa**. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas: SBHE, v. 12, n. 30, 2012, p. 179-197.

NÓVOA, António. **Os professores e as histórias da sua vida**. Publicações Dom Quixote, 1992.

PAULINO, G. R.. O Leitor de Literatura: O que é e o que Faz. In: **Revista Educação e Sociedade**, ano XXII, nº 74, 2001.

PAULINO, G. R. **O Ensino de Literatura: uma Proposta Dialética**. São Paulo: Contexto, 2008.

PERRONE-MOISÉS, L **O que é Literatura**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

REIS, C. **A História entre a Filosofia e a Literatura**. São Paulo: Edusp, 2008.

REIS, C. Leitura literária e didáctica da literatura. Confrontações e articulações. In: F. J. Cantero et al. Didáctica de la lengua y la literatura para una sociedade plurilíngue del signo. Barcelona: SEDLI-Universidad de Barcelona, 1997.

SILVA, Marco Antônio. **A fetichização do livro didático no Brasil**. Educ. Real., Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 803-821, Dec. 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362012000300006&lng=en&nrm=iso>. access on 22 Oct. 2023. <http://dx.doi.org/10.1590/S2175-62362012000300006>.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

VAHL, Mônica Maciel; PERES, Eliane. **O programa do livro didático para o ensino fundamental (1971-1976)**. Cad. Pesqui., São Paulo, v. 47, n. 164, p. 562-585, June 2017. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742017000200008&lng=en&nrm=iso>. access on 22 Oct. 2023. <http://dx.doi.org/10.1590/198053143792>.

VENTURI, G.; GATTI JUNIOR, D. **A Língua Portuguesa nos Cursos Secundários**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ZILBERMAN, Regina; Rösing, Tania M. K. **Escola e Leitura: velha crise, novas alternativas**. São Paulo: Global, 2009.

ZILBERMAN, Regina. **A Leitura e o Ensino da Literatura**. Curitiba: IbpeX, 2012. – (Série Literatura em Foco).

WEBSTER, M. H. et al. **Inter Ação – Linguagem: Corporeidade: Somos corpos ou temos corpos**. 1. Ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2020.